

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO E CIÊNCIAS CONTÁBEIS
CURSO DE ADMINISTRAÇÃO

**OS DESAFIOS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DO ECOTURISMO NO PARQUE
ESTADUAL DA SERRA DO BRIGADEIRO MG**

CARLOS EDUARDO REIS

JUIZ DE FORA – MG
2018

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO E CIÊNCIAS CONTÁBEIS
CURSO DE ADMINISTRAÇÃO

**OS DESAFIOS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DO ECOTURISMO NO PARQUE
ESTADUAL DA SERRA DO BRIGADEIRO MG**

Monografia apresentada pelo acadêmico Carlos Eduardo Reis ao Curso de Administração da Universidade Federal de Juiz de Fora como requisito para obtenção do título de Bacharel em Administração.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Adriana Barreto Lima Miranda

JUIZ DE FORA – MG
2018

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, por me conceder os três maiores presentes desse universo: tempo, vida e consciência.

Aos meus pais, por todo o amor e carinho durante toda a minha vida e, além disso, pelo incentivo a minha educação e por me inspirarem a sempre aprender mais todos os dias.

À professora Adriana Barreto Lima Miranda por acreditar em minha vontade de fazer um bom trabalho e decidir me acompanhar, dedicando seu tempo e energia à minha orientação.

Aos professores Virgílio César da Silva e Oliveira e Gilmar José dos Santos, pelo aceite em compor a banca de avaliação desse trabalho, contribuindo para torná-lo melhor.

Agradeço também a todos aqueles que contribuíram para a realização deste trabalho, dedicando seu tempo e compartilhando seus conhecimentos e experiências.

E por fim, agradeço a todos aqueles que se dedicaram a leitura desse trabalho, que espero ter sido útil e contributivo de alguma forma.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO E CIÊNCIAS CONTÁBEIS

Termo de Declaração de Autenticidade de Autoria

Declaro, sob as penas da lei e para os devidos fins, junto à Universidade Federal de Juiz de Fora, que meu Trabalho de Conclusão de Curso é original, de minha única e exclusiva autoria e não se trata de cópia integral ou parcial de textos e trabalhos de autoria de outrem, seja em formato de papel, eletrônico, digital, audiovisual ou qualquer outro meio.

Declaro ainda ter total conhecimento e compreensão do que é considerado plágio, não apenas a cópia integral do trabalho, mas também parte dele, inclusive de artigos e/ou parágrafos, sem citação do autor ou de sua fonte. Declaro por fim, ter total conhecimento e compreensão das punições decorrentes da prática de plágio, através das sanções civis previstas na lei do direito autoral¹ e criminais previstas no Código Penal², além das cominações administrativas e acadêmicas que poderão resultar em reprovação no Trabalho de Conclusão de Curso.

Juiz de Fora, 05 de dezembro de 2018.

Carlos Eduardo Reis

[Nome completo do autor]

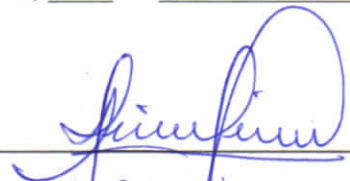
¹ LEI Nº 9.610, DE 19 DE FEVEREIRO DE 1998. Altera, atualiza e consolida a legislação sobre direitos autorais e dá outras providências.

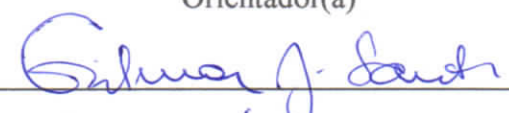
² Art. 184. Violar direitos de autor e os que lhe são conexos: Pena - detenção, de 3 (três) meses a 1 (um) ano ou multa.


ATA DE DEFESA DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Ao 5º dia do mês de DEZEMBRO de 2018, nas dependências da Faculdade de Administração e Ciências Contábeis da Universidade Federal de Juiz de Fora, reuniu-se a banca examinadora formada pelos professores abaixo assinados para examinar o Trabalho de Conclusão de Curso de CARLOS EDUARDO REIS, discente regularmente matriculado(a) no Bacharelado em Administração sob o número 201246008, intitulado OS DESAFIOS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DO ECOTURISMO NO PARQUE ESTADUAL DA SERRA DO BRIGADEIRO, MG. Após a apresentação e consequente deliberação, a banca examinadora se reuniu em sessão fechada, considerando o (a) discente APROVADO (aprovado(a)/reprovado(a)). Tal conceito deverá ser lançado em seu histórico escolar quando da entrega da versão definitiva do trabalho, impressa e em meio digital.

Juiz de Fora, 05 de DEZEMBRO de 2018.


Prof. ADRIANA BARRETO LIMA MIRANDA
Orientador(a)


Prof. GILMAR JOSÉ DOS SANTOS


Prof. VIRGÍLIO CÉZAR DA SILVA E OLIVEIRA

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Mapa do Parque Estadual da Serra do Brigadeiro	33
Figura 2: Vista parcial da cidade de Araçuaia - MG.....	42
Figura 3: Sede do Parque Estadual da Serra do Brigadeiro.....	43
Figura 4: Paisagem da região, exibindo o Pico do Boné	43
Figura 5: Portaria do PESB, Araçuaia, MG	51

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Relação dos Entrevistados.....	39
Quadro 2: Categorias de Análise de Conteúdo.....	41
Quadro 3: Atividades turísticas mais recorrentes em Araponga, MG.....	45
Quadro 4: Impactos do turismo no PESB e em seu entorno	47
Quadro 5: Políticas Públicas que impactam o ecoturismo em Araponga.....	50
Quadro 6: Adversidades em políticas públicas de Ecoturismo	56

RESUMO

Motivado pela grande beleza cênica de ambientes destinados a conservação da natureza, tem-se registrado, nos últimos anos, um crescimento contínuo do número de ecoturistas que buscam essas experiências. Com isso, o crescimento decorre em impactos positivos como negativos no que tange as dimensões ambientais e sociais e, para tanto, precisam ser analisados para garantir a preservação, especialmente, das áreas visitadas e adjacências. Como objetivo geral, o estudo pretende analisar a efetivação das políticas públicas do ecoturismo do Parque Estadual da Serra do Brigadeiro e em seu entorno. Realizou-se um levantamento bibliográfico quanto a origem e o desenvolvimento do ecoturismo além de políticas públicas adotadas na atividade, em especial, em unidade de conservação, identificando os impactos decorrentes de sua prática, além da investigação das políticas públicas adotadas para o desenvolvimento do ecoturismo na região do Parque Estadual da Serra do Brigadeiro em Minas Gerais, junto aos atores sociais, dimensionando as interfaces dos impactos decorrentes e adversidades encontradas às políticas. A pesquisa tem por abordagem qualitativa, e de finalidade descritiva e explicativa, em que se deu através de entrevistas semiestruturadas e interações dialógicas. Verificou-se, nos resultados, que os impactos e as adversidades são inúmeras, entretanto, possíveis de aperfeiçoar os efeitos positivos e minimizar os negativos para a efetivação das políticas existentes com contribuições sugeridas para o desenvolvimento das atividades de ecoturismo na região.

Palavras-Chave: Ecoturismo, Impactos, Políticas Públicas, Atores Sociais.

ABSTRACT

Motivated by the great scenic beauty of environments destined to nature preservation, there has been a continuous growth in the number of ecotourists seeking these experiences in recent years. As a result, growth stems from positive and negative impacts on the environmental and social dimensions and, for that, need to be analyzed to ensure the preservation, especially of the areas visited and adjacent. As a general objective, the study intends to analyze the effectiveness of the public policies of ecotourism in the Serra do Brigadeiro State Park and in its surroundings. A bibliographic survey was carried out on the origin and development of ecotourism in addition to public policies adopted in the activity, especially in conservation unit, identifying the impacts resulting from its practice, as well as the investigation of the public policies adopted for the development of ecotourism in the region of the State Park of the Serra do Brigadeiro in Minas Gerais, with the social actors, dimensioning the interfaces of the resulting impacts and adversities found in the policies. The research has a qualitative approach, with a descriptive and explanatory purpose, through semi-structured interviews and dialogical interactions. In the results, it was verified that impacts and adversities are numerous, however, to improve the positive effects and minimize the negative ones to the effectiveness of existing policies with suggested contributions for the development of ecotourism activities in the region.

Keywords: Ecotourism, Impacts, Public Policies, Social Actors.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	10
2	REFERENCIAL TEÓRICO	13
2.1	O turismo e seu contexto.....	13
2.2	Ecoturismo, conceitos e desenvolvimento	14
2.2.1	O Ecoturismo e seus Impactos	20
2.2.2	Desenvolvimento do Ecoturismo no Brasil.....	22
2.3	Políticas públicas para o ecoturismo	22
2.3.1	Políticas Públicas do Ecoturismo em Perspectiva Nacional	25
2.3.2	Políticas Públicas do Ecoturismo em Perspectiva Estadual.....	30
3	METODOLOGIA	35
3.1	Área de Abrangência do Estudo.....	35
3.2	Natureza da Pesquisa.....	37
3.3	Coleta de dados	37
3.4	Análise dos dados.....	41
4	RESULTADOS	43
4.1	Impactos do Ecoturismo em Áreas Preservadas	47
4.2	Políticas Públicas em Ecoturismo	50
4.3	Impactos e Efetivação de Políticas em Ecoturismo	51
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	59
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	61
	APÊNDICES.....	66
	ANEXOS	69

1 INTRODUÇÃO

O turismo é uma atividade em ascensão no planeta e a procura pelo turismo de natureza se torna uma forte tendência por ser motivada pela fuga das cidades grandes, da vida urbana e do estresse. A permuta versa na busca da paz à contemplação de belezas naturais. Segundo a Organização Mundial do Turismo - OMT, a expansão do segmento está entre 15% e 25% ao ano continuamente (REVISTA ECOTURISMO, 2015).

No Brasil, considerado o país com maior potencial turístico em recursos naturais, por possuir a maior biodiversidade de espécies do mundo com seus recursos naturais existentes, a natureza disponibiliza para o ecoturismo como matéria-prima orgânica, sendo o segundo principal motivo das viagens a lazer realizadas por estrangeiros no país, resultado também, de maior promoção internacional pelos órgãos nacionais de turismo (PORTAL BRASIL, 2017).

No Estado de Minas Gerais, segundo dados do Observatório do Turismo, o aumento do número de turistas também é crescente, aumentando em 2016, 7,8% em comparação com o ano de 2015, sendo que 33,2% dos turistas buscaram contato com a natureza e ecoturismo. O número de visitação a parques naturais mineiros aumentou de 400 mil, em 2013, para 450 mil em 2014 e 516 mil em 2015. Em 2016, foram 665 mil visitantes, representando um aumento de 22,3% em relação a 2015 (AZEVEDO, 2017).

Em meio a esta expansão do ecoturismo no Brasil surgem alguns questionamentos quanto às políticas públicas adotadas, por exemplo, em investimentos do governo para atrair mais turistas, visando apenas ao desenvolvimento econômico, entretanto sem observar políticas efetivas de preservação e sustentabilidade. O Ecoturismo não visa à pura exploração econômica dos destinos naturais e a simples atividade de passeio e lazer em meio à natureza. Buscando refletir sobre esses questionamentos, surge a necessidade de estudar mais o tema, levantando o seguinte problema de pesquisa: Quais os desafios na efetivação de políticas públicas no Parque Estadual da Serra do Brigadeiro à prática do ecoturismo?

Com o turismo de natureza em crescimento, sem dúvida, a exploração de ambientes naturais de forma impulsiva tem causado impactos diversos; dentre estes, dividem-se em impactos positivos como a expansão de Unidades de conservação para proteção de áreas com riqueza ecossistêmica, a geração de riquezas, criação de empregos para os que vivem próximos as áreas especiais, promoção da educação ambiental e conscientização sobre

a conservação. Entretanto, os impactos negativos seguem relacionados às questões próprias da produção e geração de riquezas, tais como: poluição ao solo, água e ar; aos aspectos culturais, econômicos e sociais e, principalmente, aos fatores biológicos, alguns destes irreversíveis, como a extinção de espécies endêmicas, raras ou ameaçadas e degradação da vegetação (VIANA & ROCHA, 2009).

Dessa forma é fundamental o planejamento, elaboração e efetivação de políticas públicas com vistas a minimizar os impactos negativos e buscar a sustentabilidade dessas atividades de forma mais harmônica com o meio ambiente, para garantir sua preservação para as gerações futuras, além disso, o envolvimento das comunidades locais e a educação ambiental, essenciais à prática do ecoturismo.

Logo, o ecoturismo e a gestão de políticas públicas envolve uma complexa rede de atores com objetivos distintos, levando a discussão do tema com fins de proporcionar reflexões que poderão resultar em políticas públicas mais efetivas. A grande questão se pauta na identificação dos problemas, observando as suas causas, analisando os pontos críticos de forma a garantir a sustentabilidade e fortalecer os princípios do ecoturismo que contam com: preservação da natureza, participação da comunidade local e educação ambiental. Por outro lado, a ausência de discussões sobre o tema contribuirá para a continuidade de atividades insustentáveis, erroneamente consideradas ecoturísticas, que utilizam o ambiente natural apenas como cenário para a realização das atividades (PIRES, 2002).

Simultaneamente, um dos maiores pontos relacionados são com os moradores do local em que geralmente são tratados apenas como objeto do turismo e não como integrantes do território, não os abrangendo com o sentimento de pertencimento, sentimento importante para resguardar o local.

Destarte, sendo estas atividades orientadas apenas pela ideia de desenvolvimento em função do capital, que não se incomodam com os custos sociais, nem tampouco ambientais, os resultados não poderão ser os esperados, tendo em vista que a efetividade somente ocorre com o envolvimento de todas as interfaces da atividade proposta como o ecoturismo (CAMPOS, MARIANI & THOMAZ, 2016).

Sendo assim, o estudo busca oferecer também contribuições para alcançar o propósito de desenvolvimento do ecoturismo através de uma reflexão para os desafios de uma gestão que vise efetivar as políticas públicas da matéria tratada. Há alguns estudos relacionando as áreas de administração, políticas públicas e ecoturismo, contudo, aqueles mostrando os desafios no uso das políticas públicas sobre a atividade são restritos.

Como objetivo geral, o estudo pretende analisar a efetivação das políticas públicas do ecoturismo do Parque Estadual da Serra do Brigadeiro e em seu entorno.

Especificamente:

- Identificar os problemas decorrentes do ecoturismo no Parque Estadual da Serra do Brigadeiro (PESB) e em seu entorno;
- Realizar investigação das políticas públicas adotadas em relação ao ecoturismo no PESB e em seu entorno;
- Avaliar o impacto e efetivação dessas políticas junto aos agentes participantes;
- Propor contribuições para desenvolver o ecoturismo e preservação da região delimitada.

A pesquisa acerca da identificação de problemas advindos da prática ecoturística e dos impactos das políticas públicas relacionadas à atividade pode contribuir com o desenvolvimento econômico e social na área pesquisada, ampliando também os estudos nas áreas de políticas públicas e ecoturismo aprofundando a análise da realidade que permeia estas relações e enriquecendo a área com mais conhecimentos, que auxiliem na efetivação dessas políticas e no desenvolvimento do ecoturismo.

Dessa forma, este trabalho contribuirá aprofundando a análise da realidade que permeia estas relações e enriquecendo a área com mais conhecimentos, que auxiliem na efetivação dessas políticas e no desenvolvimento do ecoturismo. Por fim, este estudo poderá também inspirar ou servir como base para futuras pesquisas que possam aprofundar ainda mais os assuntos relacionados.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

A prática do turismo, atividade humana que tem se desenvolvido ao longo do tempo, fez surgir, motivadas por uma série de fatores dentro de contextos históricos específicos, novas modalidades e novos conceitos para a atividade. Dentre estas, surgiu o ecoturismo, atividade que se desenvolveu como uma forma de resposta a problemas ambientais e sociais provocados pela prática insustentável de atividades turísticas.

2.1 O turismo e seu contexto

O turismo, numa perspectiva histórica contemporânea, cresceu significativamente após a Segunda Guerra Mundial e, a partir de então, se desenvolveu segundo a lógica capitalista de exploração econômica dos espaços e recursos. Esse modelo de desenvolvimento se constituiu em um turismo de massas e gerou uma série de impactos, grande parte deles negativos, nas áreas econômica, social e principalmente ambiental, e o questionamento desse modelo ensejou no surgimento de um turismo alternativo.

Para a Organização Mundial de Turismo (OMT), o turismo “compreende as atividades realizadas pelas pessoas durante suas viagens e estadias em locais diferentes do ambiente habitual, por um período de tempo consecutivo inferior a um ano, para lazer, negócios ou outros fins” (SANCHO, 1998, p.46, tradução própria¹). Atualmente, tem aumentado muito a quantidade de pessoas interessadas nessas atividades provocando o crescimento do turismo.

O crescimento das viagens e conseqüentemente o desenvolvimento do turismo surgiu da acessibilidade causada pelo aumento do rendimento das famílias, o crescimento das economias, as novas tecnologias, transportes e comunicações (RAMOS & COSTA, 2017). Esse desenvolvimento facilitou o deslocamento de um número expressivo de pessoas que, conciliado com a exploração econômica do turismo, deu início ao turismo de massas.

Segundo Ruschmann (1997, apud CHEHADE, SANTOS & SANTOS, 2009)² o turismo de massa é caracterizado por uma grande quantidade de pessoas que viajam para os

1 “El turismo comprende las actividades que realizan las personas durante sus viajes y estancias en lugares distintos al de su entorno habitual, por un período de tiempo consecutivo inferior a un año con fines de ocio, por negocios y otros”.

2 RUSCHMANN, Doris. **Turismo e Planejamento Sustentável: a proteção do meio ambiente**. Campinas, SP: Papyrus, 1997.

mesmos lugares, frequentemente nas mesmas épocas do ano. O turismo de massas é a representação da exploração econômica dos espaços e recursos, visando a maior lucratividade possível na organização da atividade para o maior número de pessoas, gerando a dominância desse segmento.

O domínio do turismo de massa gerou alguns impactos positivos, como o aumento das vias de comunicação, valorização das áreas naturais como recurso turístico, criação de novos postos de trabalho e dividendos econômicos (DIAS, 2007), entretanto provocou um número muito maior de impactos negativos de caráter ambiental, econômico, social e cultural, que causaram descontentamentos e, com eles, anseios por mudanças na condução desse modelo de turismo (PIRES, 2002).

Entre os impactos ambientais negativos, provocados por esse modelo de turismo estão, entre outros problemas, o aumento de resíduos, a fuga da fauna silvestre e mudança de hábitos e diminuição de sua capacidade de caça e reprodução, diminuição da quantidade e qualidade da água, empobrecimento e contaminação dos solos, modificações por vezes irreversíveis na paisagem, extinção de muitas espécies da fauna e destruição de ecossistemas (DIAS, 2007).

Além dos impactos ambientais, a massificação do turismo pode causar também problemas socioeconômicos e culturais, como especulação imobiliária, marginalização de populações locais, ruptura dos valores culturais, desequilíbrio da economia local, degradação de culturas tradicionais, entre outros. A partir desses problemas, essa forma de turismo massificado, organizado com fins apenas comerciais, sem limites de crescimento e de riscos dele decorrentes, sem preocupação com os impactos negativos junto às populações receptoras, ensejou as primeiras percepções voltadas para um “turismo diferente” (PIRES, 2002). Esse anseio de mudanças em relação ao turismo massificado produziu uma demanda por um turismo alternativo, que buscava minimizar os impactos causados pela atividade.

2.2 Ecoturismo, conceitos e desenvolvimento

Com o questionamento do modelo de turismo massificado e em resposta ao desejo de mudança, surgem novas práticas turísticas e com eles o conceito de um turismo alternativo. Essas diferentes práticas de turismo alternativo começam a se diferenciar entre si dando origem a novas expressões e conceitos turísticos, como turismo verde, turismo sustentável, turismo ecológico e ecoturismo, tendo esse último se desenvolvido no sentido de proporcionar uma experiência turística verdadeiramente sustentável em meio a natureza.

Buscando solucionar os problemas gerados pelo turismo, surgem projetos turísticos alternativos, envolvendo operações de pequena escala, com ênfase nos recursos da própria localidade, pouca alteração da paisagem e alto nível de envolvimento da população local. Essa nova forma de turismo alternativo incorpora os ideais de mudança e inovação e se estabelece como uma proposta turística diferente em relação ao turismo convencional de massas, podendo conter distintos tipos alternativos de turismo (PIRES, 2002). Essas diferentes propostas de atividades turísticas fez emergir a necessidade de um conceito para definir as atividades alternativas de turismo.

Para Eadington & Smith (1994), o turismo alternativo é amplamente definido como “formas de turismo que são consistentes com valores naturais, sociais e comunitários, os quais permitem a anfitriões e convidados desfrutarem de interações positivas e proveitosas e experiências compartilhadas” (tradução do autor³). O conceito, apesar de muito amplo, já permite observar o respeito aos recursos naturais e sociais e o foco para a experiência turística, ao invés do simples desfrute dos recursos naturais ou culturais.

A partir da década de 70 e, principalmente, nos anos 80, o desenvolvimento de experiências alternativas de turismo pelo mundo fez surgir novas práticas turísticas e expressões como turismo de estudo, turismo cultural, turismo de aventura, turismo de natureza, turismo verde, turismo ecológico, etc. Com isso a expressão turismo alternativo se fragmenta originando novos conceitos (PIRES, 2002). Essa fragmentação é causada pela amplitude de seu conceito, que torna difícil a realização de uma definição clara e consistente para a atividade.

Em meio ao contexto de preocupações quanto a preservação ambiental, a temática dos impactos ambientais turísticos passou a ser muito debatida pela Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, criada em 1983 no âmbito da Organização das Nações Unidas (ONU), e dessas discussões surgiu o termo Turismo Verde, que na década de 90 se ampliou para a noção de Turismo Sustentável (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2010).

Para Lee et al. (2016, p. 2), o termo Turismo verde pode ser aplicado a qualquer forma de turismo que diz respeito ao ambiente natural e ao patrimônio cultural de uma área ou que se compromete com a boa gestão ambiental, com o uso inteligente de recursos, prevenção da

3 “Alternative tourism broadly defined as forms of tourism that are consistent with natural, social, and community values and which allow both hosts and guests to enjoy positive and worthwhile interaction and shared experiences”.

poluição e proteção da biodiversidade (tradução própria⁴). Na conceituação desse termo, podemos observar o surgimento do objetivo em aliar a atividade turística à preservação ambiental. Com o passar do tempo, o termo recebeu novos conceitos e passou a ser definido como turismo sustentável.

O turismo sustentável representa a evolução do conceito de turismo verde sendo definido como o turismo que não compromete a conservação dos recursos naturais e que reconhece explicitamente a importância da proteção do meio ambiente, buscando a manutenção de um equilíbrio entre os três eixos básicos nos quais se apoia: suportável ecologicamente, viável economicamente e equitativa ética e socialmente (DIAS, 2007), embora seja questionável esta visão do não comprometimento do turismo verde em áreas destinadas conforme a concepção do autor.

A definição de turismo sustentável inclui a tríade dos três pilares da sustentabilidade: equilíbrio ecológico, viabilidade econômica e equidade social, podendo ser aplicado a quaisquer formas de turismo. O turismo sustentável abrange todas as formas de turismo e destinos, inclusive em áreas naturais, o turismo de massas e as viagens individuais ou coletivas em forma direcionada a manutenção de bens e serviços ambientais. (DIAS, 2007).

A partir de Convenções ambientais decorridas pelo mundo, construindo novos conceitos de desenvolvimentos e crescimento dos países, como a Conferência de Estocolmo em 1972, importante evento que reuniu líderes mundiais para buscar soluções ambientais em diversas esferas como a dignidade humana, social, econômica e ambiental voltadas à sustentabilidade, surgem novas conceituações e visões que emergiam no conjunto de termos e modos produtivos das atividades econômicas, assim como na atividade turística.

Dentre os diversos termos que surgiram neste período, é presente na segunda metade da década de 1980 o uso corrente da expressão “turismo ecológico”. A própria Embratur, no Brasil, adotou essa expressão a partir de 1987, paralelamente com a retomada da Organização das Nações Unidas no debate sobre o meio ambiente e as mudanças do planeta, abrindo portas para a agenda política de dirigentes do mundo, entretanto, a sustentabilidade e o desenvolvimento sustentável foram trilhados por árduas discussões ao longo do caminho.

4 “Green tourism is a term that can be applied to any form of tourism that relates to the natural environment and cultural heritage of an area or that undertakes good environmental management (or green) practice. There are three methods included by which a tourism practice would have to demonstrate practices for preventing or minimizing impacts to the environment if it were to be considered a green operation as follows: a. The wise use of resources such as raw materials, water and energy. b. The prevention of pollution (air, land, and water). c. The protection and where possible the enhancement of biodiversity”.

Nasce então o relatório Brundtland, também conhecido como relatório Nosso Futuro Comum, como sendo um dos principais marcos desta trajetória, publicado em 1987.

Neste documento, o desenvolvimento sustentável é concebido como o desenvolvimento que responde às necessidades do tempo presente, mas sem prejudicar a capacidade das gerações futuras de satisfazer suas necessidades, conceito adotado no primeiro posicionamento oficial pelo Ministério do Turismo no Brasil, para designar o novo segmento de mercado turístico voltado para a natureza, quando então surgia o turismo ecológico pautado na sustentabilidade, sendo esta considerada como a primeira iniciativa brasileira para organizar o segmento (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2010).

De acordo com Araújo & Silva (2006), o turismo ecológico tem como pressuposto a possibilidade de propiciar qualidade de vida para a população local e visitantes, além de promover o conhecimento e a formação dos indivíduos, na medida em que cria consciência ecológica e envolve a população promovendo o desenvolvimento local.

Assim como o turismo ecológico, o ecoturismo também emergiu em meio às alternativas ao turismo de massas, incorporando em seu conceito os princípios associados ao turismo alternativo, porém adquirindo identificação própria, se afirmando como uma das mais importantes formas de turismo. O termo “ecoturismo” foi cunhado pelo arquiteto mexicano Hector Ceballos-Lascuráin em 1983, mas só se consagrou a partir dos anos 90, incorporando gradativamente o conceito de “turismo ecológico”, que foi caindo em desuso (PIRES, 2002, p. 124). Segundo Ceballos-Lascuráin (1996):

O ecoturismo é aquela modalidade turística ambientalmente responsável, que consiste em viajar, ou visitar áreas naturais relativamente pouco perturbadas com o fim de desfrutar, apreciar e estudar os atrativos naturais (paisagem, flora e fauna silvestres) dessas áreas, assim como qualquer manifestação cultural (do presente ou do passado) que ali se possa encontrar, através de um processo que promove a conservação, tem baixo impacto negativo ambiental e cultural e propicia um envolvimento ativo e socioeconomicamente benéfico das populações locais (apud PIRES, 2002, p. 157)⁵.

Este conceito foi adotado oficialmente pela União Mundial de Conservação da Natureza (IUCN) em 1996 e agrega os três princípios adotados pelo conceito de turismo sustentável, e ainda define como ambiente essencial para as atividades do ecoturismo as áreas naturais pouco perturbadas.

5 CEBALLOS-LASCURÁIN, H. **Tourism, Ecotourism, and Protected Areas: The State of Nature-Based Tourism Around the World and Guidelines for Its Development**. International Union for Conservation of Nature and Natural Resources. IUCN Protected Area Programme series. Island Press: 1996

Em concordância com este conceito, o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (UNEP) insere conceitualmente o ecoturismo como um subcomponente do turismo sustentável e afirma que o ecoturismo é uma versão sustentável do turismo na natureza, em que também podem estar incluídos elementos do turismo cultural e do turismo rural. (PIRES, 2002).

Para Dias (2007, p. 107), o ecoturismo é a “viagem responsável que conserva o ambiente natural e mantém o bem-estar da população local”. É praticado em pequenos grupos que não deixam indícios de terem visitado uma área, procuram compreender relações existentes nos ecossistemas, respeitá-las e mantê-las o mais intactas possível, em harmonia com as populações locais. Em sua definição, Dias menciona o bem-estar da população local e acrescenta o princípio da educação ambiental ao mencionar sobre a compreensão das relações nos ecossistemas.

Em uma perspectiva mercadológica, Coriolano (2011, p. 5) define o ecoturismo como “um segmento de mercado e uma forma a mais de consumo da natureza, sendo até mais perigosa, porque invade suas entranhas a tantos milênios preservada”. Ao contrário da definição dos autores anteriores, a autora vai além de uma definição romantizada da atividade e expõe sua característica econômica que pode ser danosa ao ambiente por meio da invasão aos ambientes naturais.

Já conforme o documento Diretrizes para a Política Nacional de Ecoturismo, para fins elaboração de políticas públicas para a atividade, o ecoturismo é definido como “um segmento da atividade turística que utiliza, de forma sustentável, o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista através da interpretação do ambiente, promovendo o bem-estar das populações envolvidas” (BRASIL, 1994, p. 19). Essa definição foi amplamente aceita e, a partir de então, várias outras definições de organismos diferentes tiveram nela sua inspiração.

Em 2002, por exemplo, a Secretaria de Coordenação da Amazônia, do Ministério do Meio Ambiente, definiu o ecoturismo como “um ramo do turismo que utiliza os recursos naturais e culturais de um determinado lugar e contribui para conservá-los. Busca desenvolver o respeito pela natureza por meio do contato com o ambiente natural e promove o bem-estar das populações locais envolvidas” (MMA/SCA/PROECOTUR, 2002, p. 12). Essa definição foi claramente influenciada pela conceituação do documento das diretrizes para a Política Nacional de Ecoturismo, entretanto sem levar em conta a preocupação com a interpretação do ambiente, relacionada a educação ambiental preconizada pela Diretriz em 1994.

O Decreto 43.850/2004, que regulamenta a Lei que dispõe sobre a Política Estadual de Desenvolvimento do Ecoturismo em Minas Gerais, define o ecoturismo, para fins de políticas públicas estaduais como “a prática do turismo em áreas naturais, com a utilização sustentável dos patrimônios natural, histórico e cultural, respeitadas as limitações legais quanto ao acesso a tais áreas, visando a sua conservação, bem como à formação de consciência ambientalista e ao bem-estar das populações envolvidas” (MINAS GERAIS, 2004, p. 2).

Mais recentemente, o ecoturismo foi definido pelo Ministério do Turismo, em 2010, como as atividades turísticas baseadas na relação sustentável com a natureza e as comunidades receptoras, comprometidas com a conservação, a educação ambiental e o desenvolvimento socioeconômico (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2010). Nessa definição fica mais clara a associação com os três pilares da sustentabilidade, dando maior ênfase ao aspecto da educação ambiental e desenvolvimento socioeconômico, que também devem estar presentes na realização do segmento turístico em estudo.

Das definições apresentadas, é possível sintetizar alguns dos princípios fundamentais presentes no conceito do ecoturismo como a conservação ambiental, por meio da viagem responsável em áreas naturais pouco perturbadas com minimização dos impactos negativos, o bem-estar da população local por meio do seu envolvimento e desenvolvimento socioeconômico e a valorização da educação ambiental como forma de desenvolver a consciência ambientalista, visando, em uma perspectiva geral, a sustentabilidade ambiental, econômica e social.

Em relação aos princípios de conservação e minimização de impactos ambientais, muitas iniciativas em ecoturismo com intenções conservacionistas e sustentáveis veem-se limitadas por falta de acesso a recursos e tecnologias que possibilitariam alcançá-la. Quanto ao aspecto do desenvolvimento sustentável, o ecoturismo, tem sido apresentado como uma das alternativas econômicas, para o desenvolvimento sustentável, especialmente em regiões dos países periféricos (PIRES, 2002), entretanto não se pode considerar um espaço turístico como desenvolvido se apenas uma parcela da localidade está se beneficiando, situação por vezes comum na localidade onde as atividades são exploradas (CAMPOS, MARIANI & THOMAZ, 2016).

No que se refere à população do local, ou “ator local”, ou seja, todo aquele que faz parte do “fazer turístico”, este deve ser considerado como responsável e protagonista de tal atividade. Entretanto, percebemos que este “ator” vem sendo tratado como objeto do turismo, uma peça fácil de ser manipulada ou um simples figurante do sistema (CAMPOS, MARIANI

& THOMAZ, 2016). Esta forma de enxergar a população local impede o desenvolvimento local, pois os atores passam a atuar apenas como ferramentas na exploração da atividade.

As práticas de ecoturismo, apesar de demandarem mais participação local para gestão, uso de recursos e fiscalização, ainda não geram benefícios efetivos para estas comunidades (RODRIGUES & AMARANTE-JUNIOR, 200), e um dos grandes obstáculos para a real efetivação do modelo de desenvolvimento local seria os interesses econômicos do capital, devido a posturas que conduziriam a comportamentos oportunistas, competitivos e individualistas, que não contribuem para o desenvolvimento local (CAMPOS, MARIANI & THOMAZ, 2016).

No que diz respeito ao aspecto da educação ambiental, a Lei nº 9.795/1999, que instituiu a Política Nacional de Educação Ambiental (Pnea), refere-se explicitamente ao ecoturismo, como um dos elementos constitutivos da educação ambiental não formal e a caracteriza como ações e práticas voltadas para a sensibilização da coletividade sobre questões ambientais e sua participação na defesa da qualidade do meio ambiente, e insta o poder público em todos os níveis a incentivar a prática do ecoturismo (DIAS, 2007). Dessa forma, encontra-se na legislação o amparo a este princípio, que deve ser estimulado na prática da atividade visando conscientização dos praticantes para promover ainda mais a conservação ambiental.

Com o aumento da busca pelo ecoturismo, é cada vez mais importante a adoção de programas de educação ambiental dos quais participem todos os envolvidos na atividade turística que ocorre nas áreas naturais (DIAS, 2007). Por outro lado, o mercado dito ecoturístico se desenvolve cada vez mais, incorporando um vocabulário ambientalista, apresentando profundas incoerências. A questão da educação ambiental está presente no discurso, mas não se desenvolve na prática; o que vemos é uma educação ambiental tornada produto, despossuída de seu caráter político (HINTZE, 2012).

2.2.1 O Ecoturismo e seus Impactos

Quanto aos impactos originados pelo ecoturismo, muitos deles são positivos, entretanto o ecoturismo também vem se desenvolvendo de forma desordenada como atividade econômica e a falta de comprometimento com questões socioambientais têm provocado inúmeros impactos negativos como danos ao ambiente e às populações locais (PINTO, 2005).

Dentre os impactos positivos, o ecoturismo objetiva conciliar sua prática com o desenvolvimento econômico e a sustentabilidade, podendo contribuir na geração de verbas para as unidades de conservação e da formação de uma consciência ecológica de caráter menos instável ou superficial presente na mente urbanizada. Além disso, reforça a preservação das áreas protegidas, além de dar destaque à cultura local, constituindo um ramo promissor no campo do desenvolvimento sustentável (MENEZES, 2015).

Entretanto, com base nas restrições impostas pela realidade do ecoturismo, a sustentabilidade absoluta, livre de qualquer impacto ambiental, como costuma ser apregoada pelos princípios conservacionistas do ecoturismo, dificilmente é alcançada (PIRES, 2002). O próprio uso da natureza já causa impactos, difíceis de evitar com a exploração econômica de ambientes naturais.

No Brasil, a Resolução nº 01 do Conselho Nacional do Meio Ambiente, de 23 de janeiro de 1986 define impacto ambiental como qualquer alteração das propriedades físicas, químicas e biológicas do meio ambiente, causada por quaisquer atividades humanas que afetem a saúde, a segurança e o bem-estar da população, as atividades socioeconômicas, a biota, as condições estéticas e sanitárias do meio ambiente e a qualidade dos recursos ambientais (PINTO, 2005).

De acordo com Dias (2007), os problemas que o aumento da demanda do ecoturismo pode causar em áreas naturais protegidas podem ser divididos em Impactos no Meio Ambiente Físico (poluição do ar e da água, alterações na composição e erosão dos solos, danos em estruturas geológicas, coletas de espécimes e danos associados à construção de instalações) e Impactos Ecológicos (Diminuição da beleza visual, perturbações nos padrões de reprodução, de alimentação e caça, do comportamento, dos habitats e dos deslocamentos da vida selvagem, abate de vegetação, descuido no uso do fogo, ação de colecionadores de plantas, acúmulo de lixo, circulação indevida de veículos, campismo predatório, dispersão de sementes, entre outros).

Os impactos ambientais são inevitáveis mediante o uso da natureza, sendo por vezes necessários sob a perspectiva empresarial e econômica. No Brasil, assim como no mundo, tornou-se indispensável ações reguladoras e coercitivas para mitigar a continuidade dos danos negativos causados ao meio ambiente (MIRANDA et al, 2017).

Caso não sejam tomadas ações reguladoras que preservem o ambiente, estes impactos podem causar o esgotamento dos componentes atrativos da paisagem, fazendo surgir

deslocamentos em busca de outros paraísos ecoturísticos, geralmente pouco modificados, ocasionando novos impactos negativos (RODRIGUES & AMARANTE-JUNIOR, 2009).

2.2.2 Desenvolvimento do Ecoturismo no Brasil

O desenvolvimento do ecoturismo no Brasil teve o início com algumas ações voluntárias e isoladas, ocorrendo posteriormente a implantação de empreendimentos de hospedagem em alguns pontos específicos do país e de atividades em Unidades de Conservação. Estas Unidades de Conservação (UCs) trata-se de uma rede de áreas naturais federais legalmente instituídas e distribuídas por todo o país, na qual também foram acrescentadas as unidades de conservação estaduais e municipais, e estas UCs se tornaram parte da história do ecoturismo na medida da sua utilização pelo mercado de todo o país como destinos ecoturísticos (PIRES, 2002).

A partir da década de 80, empreendedores motivados por um sentimento ambientalista iniciaram novos empreendimentos, até então definidos como turismo ecológico. A partir daí o conceito da atividade evoluiu para o ecoturismo, dando início aos primeiros eventos sobre o tema, entre eles a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento Eco-92, período no qual o governo assume sua responsabilidade com o desenvolvimento de políticas e regulamentações para o setor, passando a ver na atividade uma oportunidade de ingresso de divisas, oportunidades de trabalho e uma alternativa para as políticas de conservação dos recursos naturais, refletido através da apresentação do documento de diretrizes para a política nacional de ecoturismo (PIRES, 2002).

2.3 Políticas públicas para o ecoturismo

As políticas públicas de ecoturismo representam as ações dos governos para gerenciar temas específicos quanto ao segmento, caracterizadas por diversos instrumentos e composta por cursos de ação, fluxos de informação, programas, projetos, planos, metas, entre outros relativos ao ecoturismo. Elas promovem um direcionamento e um planejamento a longo prazo visando ordenar o segmento, definindo também quais aspectos devem ser valorizados durante o seu desenvolvimento. As políticas para o ecoturismo são constituídas em todos os níveis de poder e, apesar de ser elaborada pelos órgãos oficiais, envolvem, ou ao menos deveriam

envolver, a participação de toda a sociedade interessada. Por se tratar de um conceito multidisciplinar, políticas públicas de diversas outras áreas também exercem grande influência nas políticas de ecoturismo.

Para Henz, Leite & Anjos (2010, p. 4) a política “é caracterizada por leis, decretos, portarias, órgãos burocráticos, impostos, taxas, estruturas institucionais públicas e tudo que está diretamente vinculado ao que é público e ao que rege o encaminhamento do que é privado”. Já a Política pública é compreendida como ações do governo para gestão de temas específicos que são formalizadas e materializadas por meio de atos normativos, programas e projetos implantados pelo Estado (MATHEUS & RAIMUNDO, 2017).

Para Parada (2005), uma política pública de excelência deve possuir cursos de ação e fluxos de informação relacionados a um objetivo específico e esses cursos e fluxos são desenvolvidos, frequentemente, com a participação da comunidade e do setor privado, incluindo diretrizes, conteúdos, instrumentos, definições e a previsão de seus resultados (tradução própria⁶).

Quanto às políticas públicas em turismo, elas compreendem o conjunto de decisões relativas à alocação de valores amparada legalmente nos programas, projetos, planos, metas e orçamentos dos poderes públicos relativos ao turismo (CARVALHO, 2000). Conforme Soares, Emmendoerfer & Monteiro (2013), as leis, decretos e resoluções são muito importantes para a realização das políticas públicas e para a regulamentação do Turismo. São elas que definem as regras que deverão ser seguidas pelos agentes envolvidos contribuindo para organizar o segmento.

Henz, Leite & Anjos (2010, p. 6) ressaltam que a maior contribuição das políticas para a atividade turística está em promover “um direcionamento para a localidade e um planejamento em longo prazo que permita seu crescimento e sustentabilidade perante a concorrência”, pois é a melhor alternativa para o planejamento da atividade turística focando ao mesmo tempo no crescimento econômico de todos os agentes e no respeito às comunidades locais, entretanto devem estar combinada com outras políticas.

Por integrar um conjunto grande de atividades e de atribuição de diferentes atores e agências, as políticas públicas em turismo são multissetoriais, sendo sua implementação

6 “Una política pública de excelencia corresponde a: cursos de acción y flujos de información relacionados con un objetivo público definido en forma democrática. Estos cursos de acción y flujos de información son desarrollados por el sector público y, frecuentemente, con la participación de la comunidad y el sector privado. Una política pública de calidad incluirá orientaciones o contenidos, instrumentos o mecanismos, definiciones o modificaciones institucionales, y la previsión de sus resultados”.

extremamente complexa (CARVALHO, 2000). Além disso, são verificadas duas posturas distintas relacionadas a função da política de turismo: de um lado uma visão comercial que busca contribuir para alcançar resultados eficazes e por outro, a política como estratégia para alcançar o desenvolvimento harmônico, garantindo o atendimento às necessidades e expectativas da comunidade receptora (HENZ, LEITE & ANJOS, 2010).

Dessa forma a consolidação das políticas públicas deve ser a demonstração da conscientização governamental da importância do turismo como mecanismo de desenvolvimento econômico, geração de renda e melhoria da qualidade de vida de toda a população (PEREIRA, 1999).

Quanto às políticas públicas para o ecoturismo, é necessário que elas contribuam concretamente para o desenvolvimento dos três aspectos essenciais do ecoturismo: a conservação do meio ambiente, a conscientização dos turistas e o envolvimento da comunidade receptora (MATHEUS & RAIMUNDO, 2017). Outro aspecto importante a ser considerado é a variável socioeconômica, pois sua omissão pode resultar em posturas políticas simplistas e ingênuas, por ignorar as relações que o ecoturismo estabelece com a mudança social (LAYGARGUES, 2004).

Se os governos, em todas as esferas, não se adiantarem em regulamentar o setor, a iniciativa privada não demorará em empreender suas estratégias de expansão nesse mercado altamente lucrativo, colocando em risco a conservação dos recursos ambientais, culturais e históricos (PINTO, 2005).

As políticas de turismo têm sua origem após a Segunda Guerra Mundial, durante a consolidação do Estado de bem-estar social, marcado pela regulação do trabalho e do seu tempo, das férias remuneradas, da aposentadoria, entre outras (PEREIRA, 1999). Essas conquistas permitiram às pessoas desfrutarem de mais tempo livre, terem acesso a mais informações e facilitou seu deslocamento, proporcionando o aumento da demanda desse mercado.

Globalmente, ocorreram eventos importantes que contribuíram com a construção da base sobre a qual a política brasileira de ecoturismo foi elaborada. Entre esses eventos, se destacaram a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente (Estocolmo 1972 e Rio de Janeiro 1992) e a Cúpula sobre o Desenvolvimento Sustentável (CMDs).

A Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, que aconteceu em Estocolmo, em 1972, significou um importante marco quanto à responsabilidade com o meio ambiente, ao reunir 113 países para a discussão dos problemas ambientais e da relação entre

desenvolvimento e meio ambiente (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2010), havendo na época um clima acerca de discussões ambientais que ensejou a realização da Conferência. Um importante resultado do evento foi a criação do Programa das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente (Pnuma), encarregado de monitorar o avanço dos problemas ambientais do mundo (DIAS, 2007).

Já a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente – ECO 92, que aconteceu em 1992 no Rio de Janeiro gerou o documento Agenda 21, que pode ser definido como um instrumento de planejamento para a estruturação de sociedades sustentáveis, em diferentes bases geográficas, conciliando métodos de proteção ambiental, justiça social e eficiência econômica. A Agenda 21 aponta o Ecoturismo como uma prática conservacionista, engajada com a natureza, com a responsabilidade social e com o desenvolvimento das comunidades locais (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2010).

O documento Agenda 21 contribuiu em muito para a elaboração das políticas públicas para o ecoturismo existentes no Brasil e, no que diz respeito às áreas de ação para autoridades do setor público e do turismo, também enfatiza seu caráter promotor, avaliador, impulsionador, facilitador e coordenador do desenvolvimento da atividade turística (DIAS, 2007).

Já em 2002, os participantes da Cúpula sobre o Desenvolvimento Sustentável (CMDS), em Johannesburgo, reiteraram que os três pilares inseparáveis de um desenvolvimento sustentável, estabelecidos na Declaração de Johannesburgo, que naquela ocasião continuavam sendo a proteção do meio ambiente, o desenvolvimento social e o desenvolvimento econômico (DIAS, 2007).

Estes eventos internacionais focados no desenvolvimento econômico aliados a conservação ambiental motivou, no Brasil, a elaboração de um conjunto de políticas públicas em turismo, a nível nacional e estadual, importantes de serem analisadas para compreensão do desenvolvimento do ecoturismo.

2.3.1 Políticas Públicas do Ecoturismo em Perspectiva Nacional

A política nacional de turismo é o elo entre a esfera governamental e os beneficiários e usuários dessa política, encontrando-se, em seu interior, as diretrizes ou políticas básicas que expressam os caminhos para atingir os objetivos nacionais para o turismo. (PEREIRA, 1999).

Seu objetivo é dar um direcionamento as ações que devem ser tomadas para atender aos interesses dos agentes envolvidos e organizar a atividade.

No Brasil, desde a década de 70, já existia uma consciência da importância das áreas naturais para o turismo, demonstrada na Lei nº 6.513/1977, sobre criação das Áreas de Interesse Turístico, onde havia também a preocupação com as perspectivas de degradação do ambiente natural (DIAS, 2007).

Por volta de 1985, a Embratur assinou um acordo com o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (atual IBAMA), com o objetivo de tirar proveito do potencial dos parques nacionais por meio do turismo de natureza, sendo lançando, em 1987 o que se chamou de Produto Turismo Ecológico. O projeto do turismo ecológico se deu através do desenvolvimento de várias ações, abrangendo a formação de comissões técnicas em alguns estados, cadastramento de operadoras de turismo ecológico e de guias especializados, realização de cursos de capacitação e elaboração de campanhas publicitárias (PIRES, 2002). Estas ações visavam a organização e capacitação do setor, que até então não era regulamentado.

Em 1988, a Constituição Federal contemplou o turismo pela primeira vez na história das constituições brasileiras, chamando a atenção sobre a responsabilidade das três esferas do governo na promoção do turismo e indicando a descentralização das políticas de turismo (CARVALHO, 2000).

Em 1991, a Embratur é reestruturada pela Lei 8.181/1991, assumindo a função de apoiar a formulação e coordenar a implementação da política nacional de turismo, como fator de desenvolvimento social e econômico, elaborando, em parceria com o Ibama o Programa Ecoturismo, um documento contendo diretrizes, estratégias e projetos nacionais para orientar as políticas do segmento, que começaram a ser estabelecidas no período. Dessa forma, é publicado pela Embratur, ainda no mesmo ano, o Manual operacional do Ecoturismo, contendo normas para atuação dos operadores da atividade e orientações para conservação dos recursos naturais. Por fim, em 1992 e 1993, a Embratur se lança em iniciativas para o fomento do ecoturismo, sendo este envolvimento oficial com o desenvolvimento do ecoturismo pouco tempo após a realização da Eco-92 no Brasil, injetando novas perspectivas para a área (PIRES, 2002), quando o governo assumiu para si as responsabilidades de promover e implementar políticas que surgiram no espírito das discussões ambientais da época e devido a pressões internacionais.

No governo de Itamar Franco (1992-1994), iniciou-se uma nova diretriz da política de turismo com a criação do Programa Nacional de Municipalização do Turismo (PNMT) (CARVALHO, 2000), institucionalizado no governo de Fernando Henrique, em 1994 (HENZ, LEITE & ANJOS, 2010). Este programa teve como propósito simplificar e uniformizar a gestão da atividade turística, sendo destinado exclusivamente aos estados e municípios, incentivando que atuassem de maneira mais integrada e eficaz na administração da atividade turística (PINTO, 2005).

Para Pereira (1999, p. 17), o Plano Nacional de Municipalização do Turismo (PNMT) é “um instrumento legal e referencial para todos os segmentos que atuam com o turismo no país e que tem como público-alvo o município”. Este plano iniciou o processo de descentralização da política de turismo, dando mais poderes de decisão às esferas municipais.

Ainda em 1994, o governo, por meio do Ministério do Meio Ambiente e Ministério da Indústria, Comércio e Turismo, através de um grupo de trabalho composto pela Embratur, Ibama, personalidades de algumas ONGs e empresas de consultoria do setor, definiram-se diretrizes para orientar a política nacional de ecoturismo, publicando, em 1995, o documento Diretrizes para uma Política Nacional de Ecoturismo, estruturado a partir de alguns objetivos básicos, como regulamentação do ecoturismo, fortalecimento e interação interinstitucional, formação e capacitação de recursos humanos, controle de qualidade do produto ecoturístico, gerenciamento de informações, etc. (PIRES, 2002).

Outra política elaborada em 1994 foi uma série de oficinas de Capacitação em Ecoturismo em vários estados do Brasil, realizados pela empresa de consultoria Bioma com o apoio de esferas governamentais e entidades civis, sendo esta a primeira iniciativa para capacitação de recursos humanos de abrangência nacional, fora do processo formal de ensino. Já em 1995, foi lançado o Programa Nacional de Ecoturismo, com a divulgação, em 2000, de um mapeamento dos polos de ecoturismo de cada uma das cinco regiões do Brasil identificando as áreas mais expressivas em recursos com potencial ecoturístico, que pudessem conter roteiros regionais, nacionais e até internacionais. Assim a partir de 1996, a Embratur passou a estabelecer cursos de capacitação em ecoturismo para algumas regiões do país para que fosse implementados em instituições de ensino formal (PIRES, 2002).

No mesmo ano, a Política Nacional de Turismo 96/99 passou a estimular a descentralização e articulação intra e extragovernamental para a atividade turística. Dessa forma, muitos conselhos municipais de turismo foram criados para buscar recursos com o

objetivo de fortalecer a atividade econômica local e estabelecer municípios turísticos (HENZ, LEITE & ANJOS, 2010).

Entre os anos 2000 e 2007, o turismo nacional passou por grandes transformações, durante o governo de Luís Inácio Lula da Silva, período em que foi implementada a política ambiental de criação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação, em 2000, criado o Ministério do Turismo, em 2003 (HENZ, LEITE & ANJOS, 2010), apresentado o Plano Nacional de Turismo e implementado o Programa de Regionalização Turística - Roteiros do Brasil, em 2003.

O Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), instituído pela Lei nº 9.985/2000, estabelece critérios e normas para criação, implantação e gestão das Unidades de Conservação (UCs), que merecem destaque por se constituírem em uma categoria de área protegida específica e efetiva, e que exerce um papel importante para o desenvolvimento do ecoturismo no Brasil (DIAS, 2007). Por concentrar uma ampla diversidade de recursos, as áreas protegidas representam um notável atrativo para os ecoturistas, o que as torna altamente favoráveis para a atividade (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2010).

A lei que institui o SNUC define Unidade de Conservação como:

Espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituídos pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção (BRASIL, 2000, art. 2º, Inciso I).

As Unidades de Conservação representam uma política pública de preservação ambiental, entretanto consta também entre seus objetivos, propiciar condições e incentivar o turismo ecológico, onde poderá ser desenvolvida a atividade turística, tendo sido estabelecidas condições e exigências para sua prática com a participação da comunidade local na gestão do patrimônio natural (DIAS, 2007).

Quanto à categorização, o SNUC divide as áreas entre as de proteção integral e as de uso sustentável, estando os parques nacionais e estaduais inseridos na categoria de proteção integral, admitindo-se apenas o uso indireto dos seus recursos naturais (MIRANDA et al, 2017).

Quanto à criação do Ministério do Turismo, como órgão da administração direta, a iniciativa demonstra a importância dada pelo governo à atividade, proporcionando um orçamento próprio para gerenciar planos e programas e oferecendo as condições necessárias para articular com outros ministérios, governos estaduais e municipais, poder legislativo, setor

empresarial e sociedade organizada, visando a integração das políticas públicas com o setor privado (HENZ, LEITE & ANJOS, 2010).

A partir da criação do Ministério, são desenvolvidas novas políticas para o turismo e em 2003 é apresentado o Plano Nacional de Turismo (PNT) (2003/2007) com a implementação do Programa de Regionalização Turística - Roteiros do Brasil (PRT) (HENZ, LEITE & ANJOS, 2010). Para Henz, Leite & Anjos (2010), o Plano Nacional do Turismo buscou realçar os roteiros e destinos, implementando programas e metas para organizar o setor de turismo e declarando sua importância para o crescimento econômico.

O Programa de Regionalização Turística pressupõe novas estratégias para a condução das políticas e para a articulação do poder público com a sociedade civil, além de propor ações para integrar municípios, estados e até países (OLIVEIRA, ZOUAIN & BARBOSA, 2015) aplicando um novo modelo de desenvolvimento turístico no Brasil, já fortemente marcado pelo Plano de Municipalização do Turismo, fortalecendo regiões e desenvolvendo roteiros turísticos (HENZ, LEITE & ANJOS, 2010).

Dessa forma, espera-se que a participação da sociedade quanto às questões públicas de turismo se dê em espaços, institucionalizados por Conselhos e Fóruns, onde o cidadão ou sua representatividade possa apresentar suas demandas (OLIVEIRA, ZOUAIN & BARBOSA, 2015).

Para (OLIVEIRA, ZOUAIN & BARBOSA, 2015), a descentralização da política pública por meio do Programa de Regionalização Turística não foi eficaz porque as regiões não têm pessoas treinadas e recursos suficientes, tanto materiais como financeiros, para exercer as novas atribuições que lhes foram concedidas, sendo necessário desenvolver competências gerenciais para as unidades do PRT.

Carvalho (2000) menciona que quando uma política envolve diferentes níveis de governo, diferentes regiões ou diferentes setores de atividade, sua efetivação pode ser problemática porque o processo torna-se mais complexo e mais difícil de ser controlado. Mesmo em um nível local, é necessário considerar os vínculos entre diferentes organizações e agências públicas para o sucesso de sua efetivação.

O Programa de Regionalização Turística, junto com a política de municipalização do turismo, poderia se constituir em um fator de fortalecimento dos municípios turísticos do estado. Entretanto as alterações estruturais necessárias a sua efetivação são complexas e dependem de mudanças significativas da formação sociocultural e econômica da localidade (CAMPOS, MARIANI & THOMAZ, 2016).

As políticas públicas do turismo em âmbito nacional, conforme mencionadas anteriormente, através de seus objetivos, exercem influência na elaboração e efetivação de políticas a nível estadual, que geram impactos, especialmente dentro da área do Parque Estadual da Serra do Brigadeiro, unidade de conservação administrada pelo IEF, insituto ligado ao Estado de Minas Gerais. Dentre estas diversas políticas, a criação da Secretaria Estadual de Turismo e a criação de políticas orientadas a regionalização turística.

2.3.2 Políticas Públicas do Ecoturismo em Perspectiva Estadual

Em Minas Gerais, a criação da Secretaria Estadual de Turismo de Minas Gerais (SETUR), em 1999, indicou o início da política descentralizada no estado, dotando a secretaria de autonomia técnica e administrativa e de um vínculo setorial de subordinação ao Ministério do Turismo (SOARES, EMMENDOERFER & MONTEIRO, 2013).

Na perspectiva estadual, o papel da SETUR, junto aos municípios, é equivalente ao desenvolvido pelo Ministério do Turismo junto aos estados, sendo necessário existir uma política estadual sólida que proporcione condições técnicas e organizacionais aos municípios para desenvolverem sua atividade turística (PEREIRA, 1999).

O ano de 2002 foi declarado, pela Organização das Nações Unidas como o Ano Internacional do Ecoturismo (DIAS, 2007). Possivelmente estimulado por essa medida, foi publicada, em 2002, a Lei 14.368/2002, que estabeleceu a Política Estadual de Desenvolvimento do Ecoturismo. Esta lei teve por objetivo “estabelecer normas e diretrizes para programas governamentais e empreendimentos privados voltados para o turismo” (MINAS GERAIS, 2002, p. 5).

Conforme o Decreto 43.850/2004, que regulamenta a Lei 14.368/2002, poderá ser definidos áreas ou locais para o ecoturismo, a serem preservados e valorizados nos sentidos cultural e natural, para a construção de empreendimentos e realização de projetos de desenvolvimento ecoturístico, criando também o Sistema Estadual de Certificação de Empreendimento Ecoturístico de Qualidade, a ser desenvolvido pela Secretaria de Estado de Turismo. O decreto também ressalta que, caso estes empreendimentos objetivem o ecoturismo em unidades de conservação, esta certificação deverá ser condicionada a parecer favorável do Instituto Estadual de Florestas (IEF).

Também em 2004, foi regulamentada pelo Decreto nº 43.710/2004 a Lei nº 14.309/2002, que dispõe sobre a política florestal e de proteção à biodiversidade no Estado. Este decreto ressalta que as políticas florestal e de proteção à biodiversidade no Estado têm por objetivos estimular programas de educação ambiental e de turismo ecológico e que o Poder Público deverá criar formas de incentivo ao desenvolvimento de programas de turismo ecológico e ecoturismo, sendo que os estudos de viabilidade dos projetos, para as áreas protegidas, deverão incorporar recursos para serem reinvestidos nas respectivas áreas, buscando otimizar suas finalidades.

O Decreto ainda menciona que o produtor rural que preservar ou conservar as tipologias florestal e campestre da propriedade, proteger a fauna, solo e água, sofrer limitações ou restrições no uso de recursos naturais da propriedade, mediante ato do órgão competente federal, estadual ou municipal, para fins de proteção dos ecossistemas e de conservação do solo, tem direito aos benefícios de prioridade na assistência técnica e gratuita de projetos de ecoturismo e direito ao uso do solo, para implantação de estruturas básicas de moradia e para o desenvolvimento de atividades de ecoturismo, mediante autorização do IEF, desde que não haja alternativa locacional.

Conforme Emmendoerfer et al (2007), compreende-se que a estruturação da política pública de turismo, com base nas premissas da Constituição de 1988, vinculadas a descentralização e regionalização, fez nascer os circuitos turísticos em Minas Gerais. Ainda de acordo com o mesmo autor, a política dos circuitos turísticos foi criada como forma de abranger e interligar o turismo em Minas Gerais, estruturando a atividade turística nas esferas municipais e regionais, atraindo turistas para determinada região e estimulando ali sua permanência por mais tempo, movimentando o comércio e serviços turísticos de forma regionalizada, evitando o beneficiamento local apenas daqueles poucos municípios tradicionalmente turísticos (EMMENDOERFER et al, 2007).

Segundo as diretrizes dos circuitos oficiais lançado pelo governo estadual por meio do Decreto estadual n.º 43.321, de 08/05/2003, circuito turístico é “o conjunto de municípios de uma mesma região, com afinidades culturais, sociais e econômicas que se unem para organizar e desenvolver a atividade turística regional de forma sustentável” (MINAS GERAIS, 2003, p. 5). Para Soares, Emmendoerfer & Monteiro (2013), o programa mineiro de circuitos turísticos se caracterizou como uma política pública, se mantendo por três mudanças de mandatos políticos. Todavia, em 2007, a política parece ter se enfraquecido com a mudança de gestão estadual, pois passou a ser complementada por projetos seguindo o

modelo de gestão executado pelo estado, conhecido como “Choque de Gestão”, sendo destacado, em 2007 no Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado (PMDI) o enfoque comercial nas ações e projeto propostos.

No desenvolvimento do PMDI 2003-2020, em 2003, entre os objetivos prioritários, constava o Meio Ambiente, ressaltando que os negócios ambientais seriam explorados como uma oportunidade de desenvolvimento sustentável para o Estado, incluindo as reservas remanescentes da Mata Atlântica na Zona da Mata, dinamizando uma região estagnada economicamente, onde o ecoturismo também constituiria uma oportunidade de negócios nessa área. Mencionava ainda que mudanças quanto ao turismo deveriam ser realizadas no eixo da Estrada Real, valorizando o patrimônio histórico, onde havia também enorme potencial a ser explorado no turismo ecológico e cultural (MINAS GERAIS, 2003).

Já no PMDI referente a 2011-2030, apresentado em 2011, focalizou-se na exploração do turismo de eventos internacionais, influenciados pela ocorrência da Copa do Mundo de Futebol e Olimpíadas de Verão, que se realizariam no país nos anos 2014 e 2016, respectivamente. O documento também valorizava o turismo sustentável de natureza, reconhecendo a importância da exploração sustentável dos seus recursos naturais e afirmando que o estado tem desenvolvido intensamente o potencial de se tornar um foco de turismo ligado ao usufruto da natureza (MINAS GERAIS, 2011). No último PMDI desenvolvido em 2016, referente ao planejamento 2016-2027, não há menções a novas políticas específicas para o ecoturismo ou turismo ecológico.

Outra relevante política pública adotada a nível estadual em Minas Gerais, em 2009, foi o Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias – ICMS Turístico que, conforme Soares, Emmendoerfer & Monteiro (2013, p. 54), foi “um incentivo financeiro concedido pelo estado de Minas Gerais para que os municípios mineiros trabalhassem a gestão turística, destinando parcela do que é arrecado no ICMS estadual para o desenvolvimento do turismo municipal”.

Para se qualificar à participação no critério “turismo”, o Município deverá integrar-se ao Programa de Regionalização do Turismo da SETUR, elaborar uma política municipal de turismo e instituir e manter em funcionamento o Conselho Municipal de Turismo e o Fundo Municipal de Turismo, recebendo pontuações pela participação de um circuito turístico reconhecido pela SETUR, implementação de políticas municipais de turismo, existência de Conselho Municipal de Turismo e participação no critério "meio ambiente", inclusive zelando pela Conservação de UCs (MINAS GERAIS, 2009).

Dessa forma, o ICMS turístico teria o potencial para viabilizar o fortalecimento de Conselhos Municipais de Turismo possibilitando que as administrações municipais obtenham uma suplementação financeira, caso cumpram as exigências estabelecidas, além de incentivar a conservação das unidades de preservação presentes no estado (SOARES, EMMENDOERFER & MONTEIRO, 2013).

Constatou-se também que os maiores beneficiados pelo ICMS não foram os destinos gratificados com as verbas, mas aqueles que estão valendo-se da oportunidade para se estruturar localmente, começando pela articulação dos líderes locais e da comunidade em prol de um planejamento participativo no turismo (SOARES, EMMENDOERFER & MONTEIRO, 2013).

O turismo se apresenta como uma atividade de rápido crescimento e apresenta capacidade de alterar o meio ambiente de modo que, em geral, as prefeituras não são capazes de dimensionar seus impactos em tempo suficiente (DIAS, 2007). Por isso as políticas públicas para o turismo, especialmente em áreas naturais, como o ecoturismo, podem auxiliar no planejamento para a prevenção desses impactos.

Para estimular os municípios a adotarem suas próprias políticas, é indispensável que eles adaptem a política estadual às suas potencialidades locais, competindo ao estado proporcionar oportunidades para o envolvimento dos municípios no PNMT, possibilitando a elaboração de políticas regionais de turismo com base na integração de destinos ou circuitos turísticos, formando consórcios intermunicipais de turismo (PEREIRA, 1999).

Na região do Parque Estadual da Serra do Brigadeiro (PESB) e nos municípios do seu entorno (Araponga e Fervedouro, onde há portaria para o parque), há algumas políticas públicas que visam elevar o potencial turístico regional, como a participação de Circuitos Turísticos e convênios entre o PESB e as prefeituras de Araponga e Fervedouro para a realização de ações diversas, entre elas envolvendo crianças em escolas (PINTO, 2005).

De acordo com Pinto (2005), desde 1998, o município de Fervedouro tem desenvolvido um programa de turismo denominado Programa de Desenvolvimento Sustentável do Agro e Ecoturismo (FERVETUR) em seu município com o objetivo de sensibilizar a comunidade e desenvolver o potencial turístico da região através da criação de postos de trabalho e renda para as famílias, buscando acelerar o desenvolvimento econômico, social e ambiental do município.

Outra política presente na região é o Projeto de Proteção da Mata Atlântica (PROMATA). Essa política tem o objetivo de promover ações de proteção, recuperação e uso

sustentável da Mata Atlântica, em Minas Gerais. O PROMATA é resultado de acordo de cooperação financeira internacional entre o governo mineiro e alemão, através do banco Kreditanstalt für Wiederaufbau (KfW), agente financiador do ministério de cooperação Internacional da Alemanha (PINTO, 2005).

Concluindo, as políticas públicas para o ecoturismo têm sido elaboradas, muitas vezes conforme as demandas da época e na maioria das vezes parece carecer de uma implementação mais eficiente para que possam gerar melhores resultados práticos e não existirem apenas no papel.

3 METODOLOGIA

Para a realização deste trabalho, foi selecionada uma área geográfica de abrangência, além de definições da pesquisa como sua natureza, abordagem finalidade e método, além das técnicas de coleta e análise de dados necessárias a realização deste estudo.

3.1 Área de Abrangência do Estudo

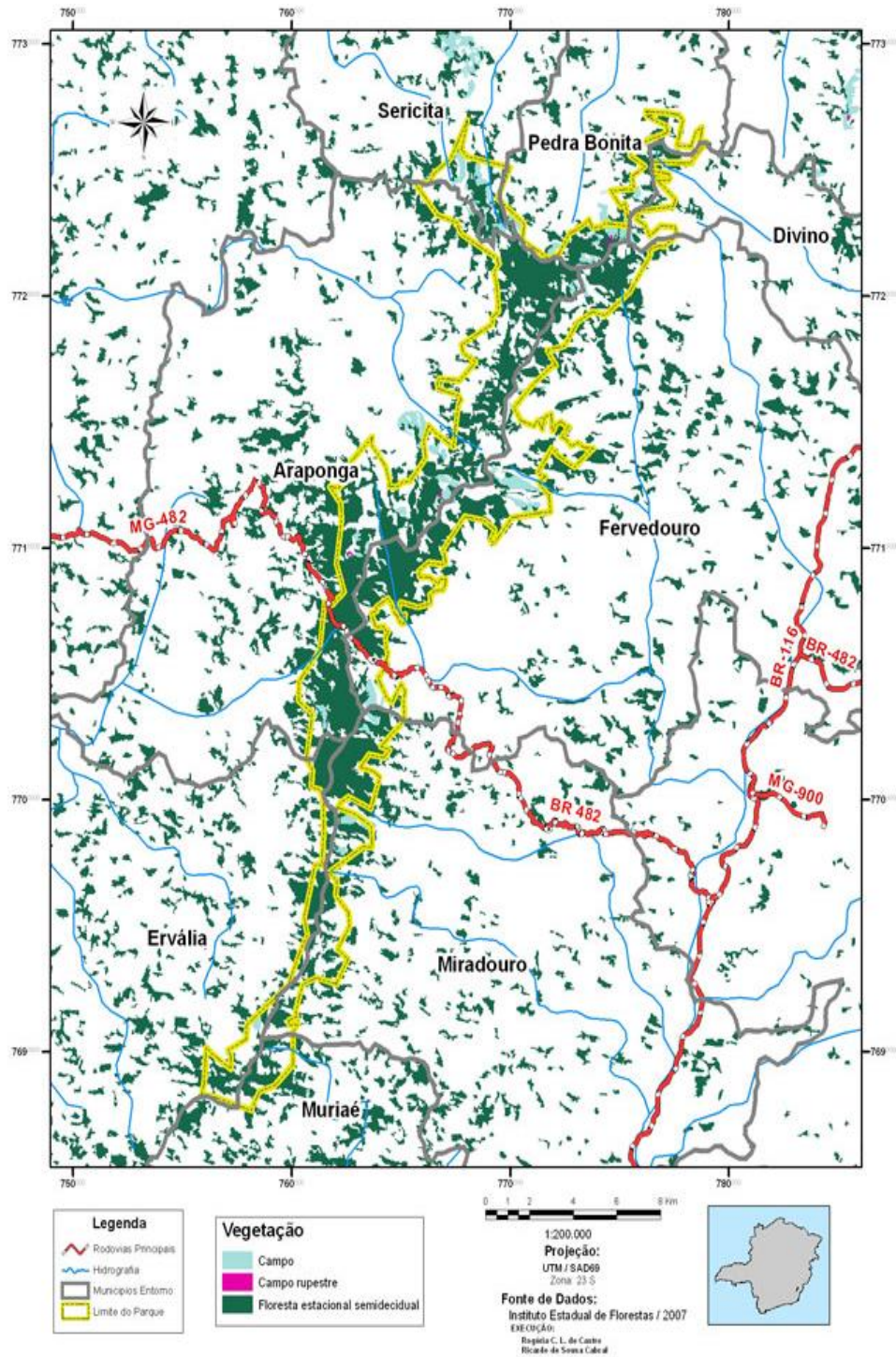
O estudo teve por critério inicial, desenvolver o tema em área de preservação e para atender ao objetivo, em que a escolha ocorreu preferencialmente, em Parque Estadual de Minas Gerais, em específico, o Parque Estadual Serra do Brigadeiro (PESB) por conveniência, devido ao conhecimento do pesquisador na região e pelo interesse de contribuições para a área de alcance a ser pesquisada. Logo, após a seleção do parque, se elegeu a extensão das adjacências, das quais, a cidade de Araponga (MG), por ser o município onde está localizada uma das portarias oficiais do parque, área na qual há também, grande número de atrativos naturais com qualidade e facilidade de acesso.

Ressalta-se que a seleção não foi escolha simples, pois o parque estende-se pelos municípios de Araponga, Fervedouro, Miradouro, Ervália, Sericita, Pedra Bonita, Muriaé e Divino. Dos oito municípios que fazem parte do Parque Estadual da Serra do Brigadeiro (PESB), Araponga possui 41% de sua área total, sendo o município com maior área e influência nesta Unidade de Conservação. Por curiosidade, o nome Araponga é atribuído aos bravos desbravadores, que durante o século XVIII levaram prosperidade ao local, com a descoberta de minérios e o incentivo da extração de ouro, que logo caiu em decadência.

No ínterim, era observado pelos mesmos, a existência de uma espécie de pássaro com o mesmo nome que habitava na região. Esses pássaros são da remota época, característicos da mata atlântica cujos sons estridentes eram emitidos e ouvidos pelos moradores locais que até hoje resguardam a história. Daí a importância da área do município em manutenção da mata nativa preservada por ser a maior parte constituída desta unidade de conservação, o Parque Estadual da Serra do Brigadeiro.

Para compreensão da área em estudo, o mapa da região (figura 1) mostra com maior visibilidade a extensão do Parque Estadual da Serra do Brigadeiro (PESB) e seus municípios limítrofes.

Figura 1: Mapa do Parque Estadual da Serra do Brigadeiro



Fonte: BioPESB/IEF, 2007.

3.2 Natureza da Pesquisa

A pesquisa é de natureza aplicada, pois tem por objetivo a geração de conhecimentos de aplicação prática, dirigidos à solução de problemas específicos, envolvendo verdades e interesses locais (GERHARDT & SILVEIRA, 2009).

Quanto a abordagem, a pesquisa possui orientação qualitativa, onde se pretende conhecer as opiniões das pessoas sobre determinado tema, entender suas motivações, os significados e os valores que sustentam essas opiniões e visões de mundo (FRASER & GONDIN, 2004). Segundo esta perspectiva, um fenômeno pode ser compreendido no contexto no qual ocorre e do qual é parte, devendo ser analisado numa perspectiva integrada, considerando todos os pontos de vista relevantes (GODOY, 1995), pois conhecer as razões e os motivos que dão sentido às aspirações, às crenças, aos valores e às atitudes dos homens em suas interações sociais é o mais importante para as ciências sociais (FRASER & GONDIN, 2004).

A finalidade da pesquisa é descritiva, na qual, segundo Gil (2008), busca proporcionar uma visão geral do tema pesquisado, desenvolvendo e esclarecendo conceitos e ideias. Já quanto aos meios, a pesquisa foi direcionada para a parte bibliográfica e de campo. Segundo Gil (2008), a pesquisa bibliográfica é aquela produzida a partir de material já elaborado, baseado de preferência em livros e artigos científicos. A pesquisa bibliográfica tem por finalidade dispor ao pesquisador contato direto com tudo o que foi escrito, dito ou filmado sobre determinado assunto. Já a pesquisa de campo consiste na observação de fatos e fenômenos, tal como ocorrem espontaneamente no local estudado, utilizada com o objetivo de conseguir informações e conhecimentos acerca de um problema, para o qual se procura uma resposta, ou de uma hipótese, que se queira comprovar, ou ainda, descobrir novos fenômenos ou as relações entre eles (LAKATOS & MARCONI, 2003).

A concepção da pesquisa se dará por método indutivo, onde parte-se da observação de fatos ou fenômenos cujas causas se deseja conhecer, para então compará-los com a finalidade de descobrir as relações existentes entre eles (GIL, 2008).

3.3 Coleta de dados

A coleta de dados compreende o conjunto de técnicas e operações por meio das quais são recolhidos os dados que serão posteriormente analisados. Nessa pesquisa a coleta de

dados se dará por meio de entrevistas semiestruturadas, interação dialógica e observações diretas simples.

Conforme Gil (2008) pode-se definir entrevista como a técnica em que o investigador se apresenta frente ao investigado para a formulação de perguntas, com o objetivo de obtenção dos dados que interessam à investigação, sendo, portanto, uma forma de interação social. A entrevista na pesquisa qualitativa, ao privilegiar a fala dos atores sociais, permite atingir um nível de compreensão da realidade humana que se torna acessível por meio de discursos, sendo apropriada para investigações cujo objetivo é conhecer como as pessoas percebem o mundo (FRASER & GONDIN, 2004).

No intuito de atender os objetivos específicos, a entrevista ocorre de forma semiestruturada, em que o pesquisador organiza um conjunto de questões (roteiro) sobre o tema que está sendo estudado, permitindo, ou mesmo incentivando, que o entrevistado fale livremente sobre assuntos que vão surgindo como desdobramentos do tema principal. (GERHARDT & SILVEIRA, 2009).

Foram também levantados dados por meio de interações dialógicas que, segundo Matos (2013), enfatiza o diálogo por meio de estímulos cognitivos, pela reflexão coletiva, da colaboração e da formação e manutenção de redes compartilhadas de significados, concebendo o processo de construção de conhecimento pelo sujeito em três instâncias: investigação temática, tematização do conhecimento articulada à realidade e problematização do conhecimento.

Para Lucena, Saraiva & Almeida (2016), o princípio do diálogo é um elemento do processo de pesquisa que propicia a apreensão e compreensão da realidade e os diferentes modos de encontrar explicações para um mundo complexo. O diálogo conscientiza, onde os participantes vão desenvolvendo uma postura crítica da qual resulta a percepção de que se encontra em interação este conjunto de saber que reflete o mundo e os homens, explicando o mundo (FREIRE, 1983).

Para a coleta dos dados foram realizadas entrevistas semiestruturadas com 8 (oito) perguntas abertas, presencialmente e tendo sido previamente agendadas e autorizadas pelos seus respondentes. As entrevistas e interações dialógicas foram gravadas e transcritas para possibilitar maior embasamento durante a análise do seu conteúdo. A gravação das entrevistas é importante por permitir contar com todo o material fornecido pelo informante, o que não ocorre utilizando outro meio (TRIVIÑOS, 1987). O roteiro das entrevistas realizadas pode ser encontrado no Apêndice A.

Em relação à escolha dos entrevistados, esta foi realizada por amostragem não probabilística, por julgamento, avaliando os que seriam mais aptos a fornecer informações relevantes e necessárias ao estudo. Dessa forma, as entrevistas semiestruturadas foram realizadas com técnicos e atores políticos atuantes na região de Araponga e do Parque Estadual Serra do Brigadeiro.

As interações dialógicas foram realizadas por amostragem não probabilística, por disponibilidade e conveniência, devido ao fato de haver poucos empreendimentos envolvidos com o ecoturismo na área da pesquisa, sendo selecionados moradores residentes nas áreas urbana e rural encontrados em espaços públicos da cidade de Araponga e do entorno do PESB e turistas que visitaram o parque e seu entorno.

Em pesquisas qualitativas, a seleção dos entrevistados busca ampliar a compreensão do tema e das variadas representações sobre o objeto da pesquisa. Dessa forma, o critério mais importante a ser considerado nesta seleção não é numérico, pois a finalidade não é apenas quantificar opiniões, e sim explorar e compreender os diferentes pontos de vista que se encontram demarcados em um contexto, onde o espectro de opiniões é limitado, pois a partir de um determinado número de entrevistas, percebe-se o esgotamento das respostas quando elas tendem a se repetir e novas entrevistas não oferecem ganho qualitativo adicional para a compreensão do fenômeno estudado (FRASER & GONDIN, 2004).

Dessa forma, quanto à quantidade de entrevistas a serem realizadas, na abordagem qualitativa, mais entrevistas nem sempre resultam em melhoria da qualidade da análise ou a uma compreensão mais detalhada, pois há um número limitado de interpretações ou versões da realidade, pois as representações das experiências dos indivíduos são o resultado de processos sociais compartilhados e, em segundo, há a questão do corpus a ser analisado que pode ficar muito grande e causar perda de informação. Devido a esta razão, há um limite máximo ao número de entrevistas que é necessário fazer e possível de analisar, em torno de 15 a 25 entrevistas individuais, a depender do nível de análise (GASKELL, 2002).

Dessa forma, durante a coleta de dados, foram realizadas um total de 24 (vinte e quatro) entrevistas, com diferentes atores sociais, conforme apresentado no quadro 1 abaixo.

Quadro 1: Relação dos Entrevistados

	Nome	Ramo de atuação
Atores Políticos	Luiz	Prefeito (morador local)
	Mário	Chefe de Turismo (morador local)
Ator técnico	Sérgio	Presidente do Circuito Turístico Serra de Minas e Operador Receptivo local

Funcionários do Parque	José Roberto	Gerente do Parque
	Joseane	Agente de Parque, responsável pelo setor Araponga (moradora local)
	Chico da Mata	Monitor Ambiental (morador local)
Atores empreendedores	Dona Gina	Ramo de Hospedagem (moradora local)
	Auriellen	Ramo de Hospedagem (moradora local)
	Dico Simão	Ramo de Hospedagem (morador local)
	Renato	Ramo de Hospedagem (morador local)
	Entrevistado*	Empreendedor
	Jonatas	Operador ecoturístico
Moradores Locais	4 entrevistados	Diversos
Turistas	8 entrevistados	Diversos
Total	24	Diversos

Fonte: Dados da pesquisa, 2018. *Um entrevistado solicitou para que não fosse indentificado.

Por observação simples, entende-se aquela em que o pesquisador observa de maneira espontânea os fatos que ali ocorrem na comunidade onde se deseja estudar. O registro da observação é feito no momento em que esta ocorre e pode assumir diferentes formas (GIL, 2008), sendo utilizadas nesta pesquisa a tomada de notas por escrito e a gravação de imagens por meio de fotografias do próprio autor.

Para a realização da coleta de dados, foram realizadas três visitas na cidade de Araponga e no Parque Estadual Serra do Brigadeiro nos dias 20 a 22 de outubro, 27 a 29 de outubro e 2 a 4 de novembro de 2018 para realização de entrevistas, interações dialógicas e observações simples, tendo sido solicitada, previamente ao Instituto Estadual de Florestas (IEF), a autorização para realização de pesquisa dentro da Unidade de Conservação Parque Estadual da Serra do Brigadeiro, exigida pelo órgão responsável pela administração do Parque. Os documentos referentes à licença encontram-se no anexo A.

Por envolver entrevistas com pessoas, alguns aspectos éticos na pesquisa precisaram ser levados em conta, entre eles a obtenção do consentimento informado do entrevistado, que foi obtido através da aprovação, por escrito, do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, conforme disposto no apêndice B.

Apesar das vantagens que possui, as entrevistas apresentam algumas limitações que precisam ser levadas em conta, como a inadequada compreensão do significado das perguntas, a falta de motivação do entrevistado em respondê-las, o fornecimento de respostas falsas por várias razões, a inabilidade ou mesmo incapacidade do entrevistado para responder adequadamente, dificuldade de expressão e comunicação de ambas as partes, retenção de alguns dados importantes e a dificuldade de realização, devido ao grande tempo que ocupa (GIL, 2008; LAKATOS & MARCONI, 2003).

3.4 Análise dos dados

Para a elaboração da pesquisa, os dados obtidos foram analisados por meio da técnica de Análise de Conteúdo que, conforme Bardin (2002, p. 42), consiste em um “conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção destas mensagens”. Dentre as varias técnicas dessa metodologia, os dados foram analisados por meio da Análise Categorial, por ser a opção mais viável quando se quer estudar valores, opiniões, atitudes e crenças, através de dados qualitativos (SILVA & FOSSÁ, 2015).

Nesse sentido, conforme Bardin (2002), o processo da análise de Conteúdo se deu através da pré-análise, exploração do material e o tratamento dos resultados, analisando o conteúdo das informações coletadas em campo para auxiliar na interpretação dos discursos.

Na primeira fase, a pré-análise, foi desenvolvida a seleção, leitura geral do material escolhido para a análise e elaboração de indicadores de interpretação, no sentido de “sistematizar as ideias iniciais colocadas pelo quadro referencial teórico e estabelecer indicadores para a interpretação das informações coletadas” (SILVA & FOSSÁ, 2015, p. 3). Para a análise desta pesquisa foi escolhido pelo autor o indicador de frequência, onde a importância de uma unidade de registro aumenta com a frequência de sua aparição (Bardin, 2002).

A segunda fase, de exploração do material, consistiu na “construção de operações de codificação, considerando os recortes dos textos em unidades de registros, classificação e a agregação das informações em categorias temáticas” (SILVA & FOSSÁ, 2015, p. 4), quando o material coletado foi recortado em unidades de registro (palavras, frases, parágrafos) e reunido em categorias as quais possibilitaram induções. Para Bardin (2002), a categorização é um processo de classificação de elementos pertencentes a um conjunto, por diferenciação e por reagrupamento, considerando critérios previamente definidos, sendo as categorias as classes que reúnem um grupo de unidades de registro.

Para esta pesquisa, as categorias foram definidas pelo próprio autor, conforme as unidades de registro existentes, de forma a atender aos objetivos específicos, sendo estas categorias divididas em sub-categorias, conforme elencadas no quadro 2.

Quadro 2: Categorias de Análise de Conteúdo

Categorias	Sub-categorias
Avaliação do ecoturismo na região	Motivações turísticas Atividades praticadas Contribuição para Preservação da Natureza Contribuição para a Educação Ambiental Envolvimento e bem-estar da população local Percepção do aumento do número de turistas
Impactos das atividades de Ecoturismo	Impactos Ambientais positivos Impactos Ambientais Negativos Impactos Sociais positivos Impactos Sociais Negativos
Políticas Públicas para Ecoturismo	Políticas públicas existentes Impactos das políticas públicas Adversidades das políticas públicas Contribuições para o desenvolvimento de políticas públicas

Fonte: Autor da Pesquisa, 2018

Por fim, a terceira fase envolveu o tratamento dos resultados, indução e interpretação, consistindo em “captar os conteúdos manifestos e latentes contidos em todo o material coletado”(SILVA & FOSSÁ, 2015, p.4). Para isso, os resultados brutos foram tratados de maneira a serem significativos e válidos, através de operações estatísticas simples (porcentagens), permitindo estabelecer quadros de resultados e gráficos que sintetizam e destacam as informações fornecidas pela análise (Bardin, 2002), além de permitir a interpretação do conteúdo em análise. O cálculo de porcentagem foi realizado de forma a medir a frequência das respostas em relação ao total de registros dentro da categoria a que pertence, já que as questões do roteiro permitem mais de uma resposta.

Um aspecto importante ainda a ser considerado são as possíveis limitações da técnica de Análise de Conteúdo, podendo ser introduzidos desvios na categorização, sejam por excesso ou recusa no material e, no que diz respeito à pesquisas quantitativas, pode ocorrer problemas ao nível da pertinência dos índices retidos, por seleção de índices sem tratamento exaustivo de todo o conteúdo, existindo o perigo de elementos importantes serem deixados de lado, ou de elementos não significativos serem tidos em conta (BARDIN, 2002).

4 RESULTADOS

O município de Araponga localiza-se na Zona da Mata de Minas Gerais, possuindo área territorial de 303,8 km², fazendo divisa com os municípios de Miradouro, Ervália, Canaã, Jequeri, Sericita, Pedra Bonita e Fervedouro. Atualmente, a economia da cidade é baseada na agricultura, mais especificamente o café, que inclusive tem sido premiado nacional e internacionalmente. Sua população estimada é de 8.152 habitantes, sendo que 37,3% vivem em área urbana e 62,7% vivem na área rural (IBGE, 2010), possuindo pequena área urbana, cercada por propriedades rurais, conforme pode ser visualizado na figura 2.

Figura 2: Vista parcial da cidade de Araponga - MG



Fonte: Autor da pesquisa, 2018

O Parque Estadual da Serra do Brigadeiro (PESB) foi criado em 1996 e se encontra sob administração do Instituto Estadual de Florestas de Minas Gerais (IEF-MG). A Serra do Brigadeiro é uma das mais importantes reservas naturais de Minas Gerais possuindo os últimos remanescentes florestais do leste mineiro. Ocupa o extremo norte da Serra da Mantiqueira, em uma área estendida entre os vales do Carangola, Glória e Rio Doce. A Serra do Brigadeiro abriga nascentes que são fundamentais para a formação das bacias dos rios Doce e Paraíba do Sul, e também dos biomas ameaçados de extinção: os campos de altitude e a Floresta Atlântica de Encosta (PINTO, 2005). A sede do Parque está localizada na cidade de Araponga, no interior do parque, em meio a vegetação local, conforme exibido na figura 3.

Figura 3: Sede do Parque Estadual da Serra do Brigadeiro



Fonte: Autor da Pesquisa, 2018.

Dentre os entrevistados nesta pesquisa, o Sr. Dico Simão, morador da região há quase 50 anos, conta que a prática de turismo acontece na área do parque desde muito antes de sua criação e inauguração, quando turistas viajavam à região, atraídos pela paisagem exuberante e atrativos como cachoeiras e o Pico do Boné, sendo este último um atrativo marcante na paisagem local, conforme pode ser visualizado na figura 4. Nos últimos anos, a Unidade de Conservação tem recebido em torno de 17 a 20 mil turistas ao ano, vindos de todo o Brasil.

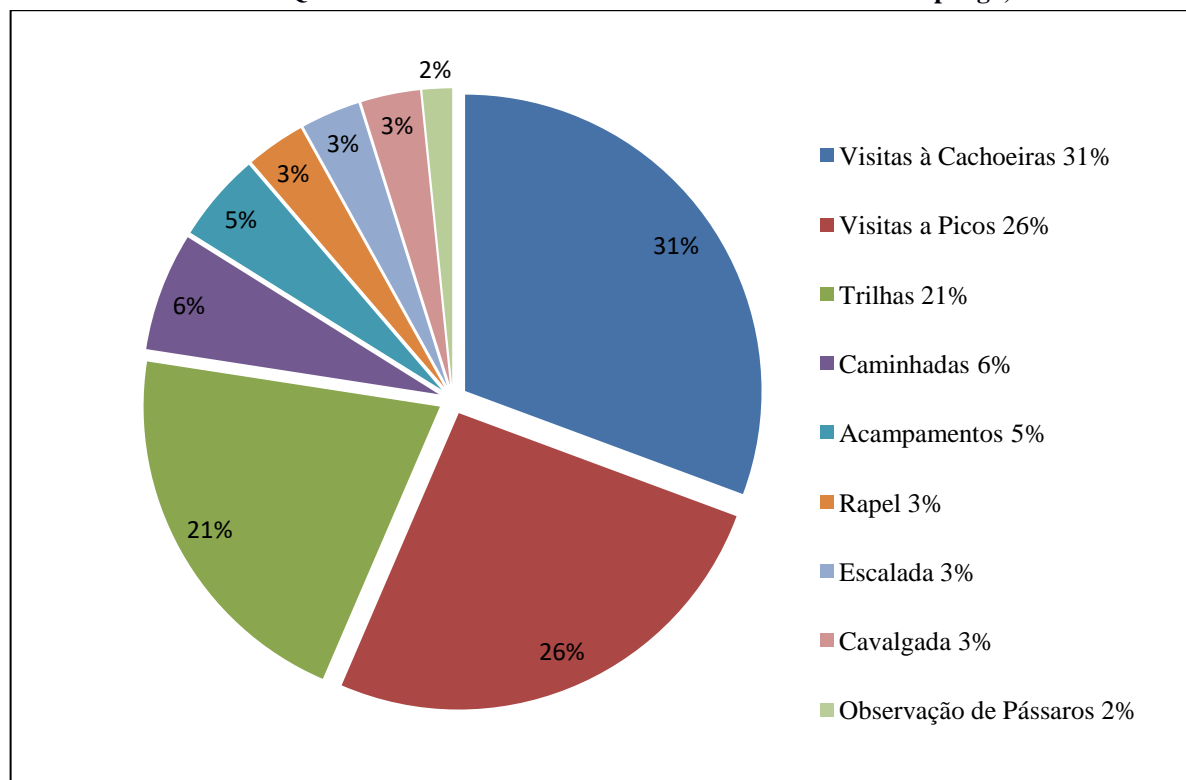
Figura 4: Paisagem da região, exibindo o Pico do Boné



Fonte: Autor da Pesquisa, 2018

Atualmente, conforme dados da pesquisa, as maiores motivações encontradas pelos turistas para a prática do ecoturismo na região tem sido a busca pela apreciação das paisagens e belezas do lugar (34% de incidência), contato com a natureza (26%), visitas a cachoeiras (15%), e a busca por conhecer a região e seus moradores (11%). Outras motivações encontradas foram a proximidade do lugar e a realização de passeios ao ar livre. No que se refere aos atrativos da região e às atividades realizadas, a maior parte busca visitar as cachoeiras existentes na cidade de Araponga e no entorno do parque e, dentro do PESB a visita aos picos, entre eles o Pico do Boné, atrativo mais visitado dentro do parque. Outras atividades bastante procuradas por turistas na região são as caminhadas, acampamentos, esportes de aventura como rapel e escalada, cavalgadas e observação da fauna (pássaros), conforme sintetizado no quadro 3.

Quadro 3: Atividades turísticas mais recorrentes em Araponga, MG



Fonte: Dados da Pesquisa, 2018

Acerca dos princípios do ecoturismo, como a conservação ambiental, o bem-estar da população local por meio do seu envolvimento e desenvolvimento socioeconômico, e valorização da educação ambiental, conforme as definições apresentadas no referencial teórico, quando perguntados sobre estes aspectos, a maior parte dos entrevistados

questionados acredita que a realização de atividades de ecoturismo na região contribuem para a conservação ambiental (11 de 15 entrevistados questionados), promovem a educação ambiental (9 de 11 entrevistados) e que há envolvimento da população local nas atividades (15 de 18 entrevistados).

Em relação aos que não acreditam que o ecoturismo contribui para a conservação ambiental, justificaram que o parque não realiza um trabalho de orientação adequado aos turistas e que a atividade gera impactos negativos no ambiente. Quanto a educação ambiental, os que responderam negativamente ressaltaram que o ecoturismo precisa ser praticado em paralelo com atividades de educação ambiental, o que não ocorre atualmente, pois o parque precisaria orientar mais estes visitantes. Quanto a existência de envolvimento da população local, todos os entrevistados que responderam negativamente justificaram sua resposta com base na falta de valorização do local pela comunidade.

De acordo com um dos entrevistados, o Sr. Mário, a contribuição para a conservação da natureza acontece ao transmitir, por meio das visitas, a noção do que é o parque. Para o Sr. André, o contato com a natureza faz sentir necessidade de preservar a natureza para as gerações futuras. Já para o Sr. Sérgio, a contribuição para a conservação vem do fato de que o ecoturismo precisa do ambiente protegido para existir. Além disso, quanto a educação ambiental, conforme mencionado pelo Sr. Jonatas, a atividade ecoturística bem estruturada pode informar sobre a história e espécies do local, ajudando a saber o que está sendo preservado, consciência ambiental esta que pode ser levada para os pais, filhos e outras pessoas.

Quanto ao envolvimento e bem-estar da população local, os entrevistados questionados acerca deste aspecto acreditam que houve um aumento do envolvimento da comunidade local nos últimos anos, através do apoio ao parque (Sra. Joseane) e aos turistas, sendo estes vistos com bons olhos pela população local (Sr. Pedro).

Entretanto, apesar das respostas favoráveis, são poucos os moradores que se envolvem como protagonistas na organização tirando proveito destas atividades, pois a população local ainda precisa aprender a valorizar os recursos naturais existentes (Sr. Chico da Mata) e os moradores não dão a devida importância para o lugar (Sr. Jonatas), não aproveitando o potencial ecoturístico existente, sendo mais direcionados a outras atividades, como a produção do café (Sr. Sérgio). Para o Sr. Renato, a comunidade quer se envolver com o turismo, mas não o faz por falta de abertura, tanto do Poder Público quanto do parque. Também foi observado pelo autor da pesquisa o fato de haver poucos empreendimentos turísticos na

região, como a existência de poucos meios de hospedagem, restaurantes, operadores, além da falta de guias turísticos na região. Também foi notada a falta de um centro de informações turísticas acessível aos turistas em feriados e fins de semana.

Sobre a frequência de visitação, foi questionado a todos os entrevistados, com exceção dos turistas, se eles têm notado o aumento do número de turistas e visitantes na região, no qual a maior parte (62,5%) respondeu afirmativamente, justificando que isso tem acontecido devido a criação do parque e ao desenvolvimento de novos pontos turísticos, sendo válido acrescentar que todos os dezesseis entrevistados questionados também avaliam esse aumento de turistas como algo positivo.

Dado esse aumento do número de turistas explorando ambientes naturais que também precisam ser preservados, cabe analisar os possíveis impactos ambientais e sociais decorrentes da prática dessa atividade de ecoturismo na região.

4.1 Impactos do Ecoturismo em Áreas Preservadas

A prática das atividades de ecoturismo gera diversos impactos na área onde ela ocorre, tanto positivos quanto negativos, tendo sido identificados na região pesquisada impactos ambientais e sociais, dentre os quais, os principais encontram-se apresentados no quadro 4.

Quadro 4: Impactos do turismo no PESB e em seu entorno

Impactos Ambientais Positivos	Impactos Sociais Positivos
<ul style="list-style-type: none"> ❖ Proteção do parque pelo turista 50% ❖ Geração de recursos para pesquisa e manutenção do parque 42% ❖ Divulgação 8% 	<ul style="list-style-type: none"> ❖ Geração de Renda 33% ❖ Geração de Empregos 22% ❖ Melhoria do Comércio 15% ❖ Promoção de integração social 13% ❖ Transmissão de novos conhecimentos e ideias 14% ❖ Melhoria nas condições de vida 4%
Impactos Ambientais Negativos	Impactos Sociais Negativos*
<ul style="list-style-type: none"> ❖ Lixo e resíduos 31% ❖ Problemas envolvendo flora e fauna 28% ❖ Erosão e degradação de trilhas 11% ❖ Tráfego inadequado de veículos 10% ❖ Problemas com Fogo 6% ❖ Depredação do ambiente 5% ❖ Acampamento irregular 3% ❖ Não há impacto ambiental negativo 6% 	<ul style="list-style-type: none"> ❖ Uso e tráfico de drogas ❖ Desordem ❖ Falta de segurança
O valor porcentual representa a frequência de incidência de determinado impacto dentro da categoria.	

Fonte: Dados da Pesquisa, 2018 *Dentre todos os entrevistados, apenas dois agentes políticos citaram impactos dessa categoria.

Dentre os impactos ambientais positivos gerados pela prática do ecoturismo, identificados nesta pesquisa, destacou-se a proteção que o ecoturista exerce sobre o ambiente a

ser preservado (50%), já que contribui para inibir a caça ilegal de animais e aves, e o corte de madeira de lei. Para o Sr. Sérgio, o turista não deixa haver caça ilegal. De acordo com um entrevistado, que pediu para não ser identificado, onde tem um ponto fechado para o turista, ele fica aberto para o caçador, especialmente quando o parque não possui quantidade suficiente de funcionários para fiscalizar a área. Este entrevistado também menciona que os ecoturistas ajudam a tomar conta do parque como um todo, não deixando sujar, gerando recursos financeiros para pesquisa, manutenção e proteção do parque.

Quanto aos impactos sociais positivos, o maior benefício identificado foi a contribuição econômica promovida pela exploração da atividade, gerando renda (33%), empregos (22%) e fomentando o comércio da região (15%), através do aumento do número de consumidores, formando uma nova alternativa econômica para uma cidade pequena e dependente da agricultura.

Outros impactos sociais positivos identificados foram o aumento da integração social e convívio com pessoas diferentes, fruto da interação entre turistas e membros da comunidade local, movimentando a vida social da região, levando novos conhecimentos e ideias, promovendo também melhorias nas condições de vida da população local. Para o Sr. Chico da Mata, o turismo traz renda para o local e também permite conhecer outras pessoas de outros lugares. Já para o Sr. Cláudio, o turismo traz um dinheiro extra, uma renda mensal que ajuda na economia, além disso permite conversar com pessoas diferentes que tem um conhecimento geral muito bom, podendo trazer também novas ideias e novos amigos.

Apesar dos impactos positivos, também foram identificados diversos impactos ambientais negativos advindos da exploração da atividade ecoturística que precisam ser considerados, conforme dados da pesquisa, envolvendo lixo, a flora e a fauna, erosão, degradação, fogo, depredação e atividades irregulares de acampamento e de veículos motorizados. É válido ressaltar também que 6% dos 24 entrevistados acreditam que a prática de ecoturismo não causa impactos ambientais negativos.

Dentre os problemas identificados, o que mais se destaca é referente a poluição por lixo (31% de incidência), que é deixado nos ambientes naturais onde as atividades ocorrem: garrafas e latinhas de bebidas, sacolas, papéis, copos descartáveis e restos de comida foram os itens mais mencionados.

Problemas envolvendo flora e fauna ficaram em segundo lugar, com 28% de incidência. Dentre eles foram citados a invasão de espaço que pode causar susto, agressão,

redução dos espaços, captura e aumento do conforto dos animais com as pessoas. Quanto a flora, em maior destaque está a retirada de plantas da região, como bromélias e orquídeas.

Destacou-se também os problemas relacionados a erosão e degradação de trilhas (11% de incidência), especialmente a do Pico do Boné, que inclusive encontra-se interditada, devido ao fluxo contínuo e indiscriminado de turistas e à falta de controle do acesso a trilha.

Outros problemas identificados que podem ocorrer são relacionados ao tráfego irregular ou inadequado de veículos (10%), como atividades utilizando motocicletas em trilhas no interior do parque e carros muito próximo às cachoeiras, relacionados a fogo (6%), geralmente causado por fogueiras, que são proibidas dentro do parque, depredação do ambiente (5%) como realização de riscos em pedras e árvores e acampamento irregular em áreas não autorizadas (3%). Um dos entrevistados, o Sr. Tarcísio mencionou uma situação vivenciada por ele:

Fui lá levar um pessoal lá um dia... que até chegando quase lá em cima lá na trilha lá, tinha cara subindo de moto lá, e lá não pode subir moto, como é que você vai subir de moto na trilha que é só pra pedestre subir?

Além destes impactos ambientais mencionados, sobre os impactos sociais negativos advindos da prática de ecoturismo, apenas dois agentes políticos identificaram esse tipo de problema. Os demais entrevistados não identificaram nenhum problema social advindo destas atividades na região, mencionando que não existe impacto social negativo e que os turistas nunca causaram problemas desse tipo. Dentre os impactos sociais negativos citados por estes dois agentes, constam preocupações acerca de desordem, falta de segurança e principalmente uso e tráfico de drogas, justificada, entre outros motivos, por acontecimentos como o descrito pelo Sr. Mário:

Estava na secretaria de turismo e chegou um cara, querendo saber informações sobre o parque, as cachoeiras que tem, das pousadas. Aí informando pra ele sobre as cachoeiras, as pousadas, e falei das áreas de camping que tem, e quando toquei no assunto da área de camping, ele virou e falou comigo assim: “E o *nervosão*, agente acha aqui?”, eu fiquei meio assim, na hora eu fiquei meio voado... Ai falei, ah sim, fazer o que ne... hoje em dia não tá tendo lugar que não tem.

Acerca dos diversos problemas acima mencionados, um dos atores, o Sr. Mário menciona que a preocupação em relação a estes problemas não advém dos turistas e sim dos “duristas”, que seriam aqueles visitantes caracterizados pela falta de disposição em gastar dinheiro, não contribuindo com o desenvolvimento econômico do lugar, muitas vezes deixando lixo e sujeira e fazendo bagunça por onde passa.

Outro ator, o Sr. Sérgio, menciona que a causa desses problemas é o turismo mal direcionado, mencionando que o “farofeiro” é o problema, sendo aquele indivíduo que chega no lugar, levando sua comida e que vai embora, sem comprar nem utilizar produtos da região, não deixando nada, apenas lixo. Para o sr. Sérgio, “turista não vai a lugar sujo, turista não vai a parque descuidado, então se você enche o parque de turistas, os turistas vão cuidar para que os banheiros estejam limpos, pra que as trilhas estejam limpas, então o turista na verdade é a solução”.

Em vista dos problemas identificados, e das distorções em relação à prática correta das atividades de ecoturismo, buscou-se identificar também quais as políticas públicas de ecoturismo existentes na região interessando investigar quais seus desafios no que diz respeito ao desenvolvimento do verdadeiro ecoturismo e quais as suas contribuições para minimizar os impactos negativos e potencializar os impactos positivos da atividade.

4.2 Políticas Públicas em Ecoturismo

Buscando investigar acerca das políticas públicas existentes que impactam de alguma forma a prática do ecoturismo na região pesquisada, foi questionado a todos os atores entrevistados sobre a existência de políticas que pudessem impactar de alguma forma a atividade, sendo identificadas as seguintes políticas, elencadas no quadro 5.

Quadro 5: Políticas Públicas que impactam o ecoturismo em Araponga

Nível Nacional	<ul style="list-style-type: none"> ❖ Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais – PRONAT ❖ Política Nacional de Conservação Ambiental ❖ Turismo de Base Comunitária (TBC) ❖ Política de Regionalização do Turismo (PRT)
Nível Estadual	<ul style="list-style-type: none"> ❖ Política mineira de preservação da Mata Atlântica (PROMATA) ❖ Política de promoção do ecoturismo de Minas ❖ ICMS Turístico
Nível Municipal	<ul style="list-style-type: none"> ❖ Conselho Municipal de Turismo ❖ Política Municipal de turismo
Políticas adotadas pelo PESB	<ul style="list-style-type: none"> ❖ Política de contratação de funcionários da comunidade do entorno ❖ Política de incentivo à capacitação da população do entorno ❖ Política de compensação ambiental por mineroduto

Fonte: Dados da Pesquisa, 2018

Em nível nacional, foram identificadas, oferecendo contribuições para o desenvolvimento do ecoturismo da região, as políticas de território, fruto do Programa

Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais – PRONAT, a Política de Conservação Ambiental, através da lei de SNUC, a política de Turismo de Base Comunitária (TBC) e a política de Regionalização do Turismo (PRT).

Em nível estadual, identificou-se impactos da Política mineira de preservação da Mata Atlântica (PROMATA), que já vai para sua 3ª edição e, pela Secretaria Estadual de Turismo, a criação de políticas de promoção do ecoturismo em Minas, em parceria com o IEF, através da abertura dos parques para atividades de ecoturismo, capacitação de funcionários e ações de incentivo, organizadas em parceria também com diversos outros agentes. Outra política estadual identificada que gera impacto junto ao município de Araponga é a política do ICMS Turístico, um incentivo para trabalhar o desenvolvimento do turismo municipal.

Em relação às políticas municipais, foram identificadas a criação do Conselho Municipal de Turismo e a elaboração da Política Municipal de turismo, realizada através de ações em parcerias realizadas entre a prefeitura, o Centro de Tecnologias Alternativas (CTA), Emater e Sindicato para cursos de capacitação em culinária, ecoturismo e condutores e um projeto, ainda em andamento, para criação da Associação de Condutores turísticos para atuar na região do entorno do PESB.

Já dentro do PESB, foram identificadas a existência de uma política de contratação de funcionários da comunidade do entorno do parque e política de incentivo à capacitação da população do entorno. Outra política que impacta o PESB é a política de compensação ambiental do mineroduto que passa no entorno do parque.

4.3 Impactos e Efetivação de Políticas em Ecoturismo

Conforme o Sr. José Roberto, gestor do Parque, a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais contemplou os oito municípios, onde está inserido o PESB, mais o município de Rosário da Limeira, onde foram trabalhados os eixos temáticos da agricultura, educação, cultura e meio ambiente, envolvendo desenvolvimento por meio de cooperativa de crédito, incentivos e recursos para construção, contribuindo muito com o desenvolvimento local e do parque, ambiente importante para a prática do ecoturismo. Esta política repassou, em 2014, em torno de 48 milhões de reais em recursos para a região sudeste, através de 227 contratos (MDA, 2015).

Quanto à Política de Conservação Ambiental, esta instituiu, por meio da lei de SNUC, o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza, estabelecendo a criação de

espaços territoriais com objetivo de conservação e proteção da diversidade biológica e de ecossistemas. Esta política ofereceu grande contribuição para o desenvolvimento do ecoturismo na região através da criação do PESB, por ser o parque um espaço extremamente propício para a prática desta atividade turística. A lei de SNUC também instituiu um Conselho interno no parque, que atua no sentido de definir a melhor forma de preservar o ambiente, dando atenção maior em relação à exploração de áreas para implantação de serviços de atendimento ao público turístico, devendo estes passar por aprovação deste conselho, cujo objetivo não é impedir estes serviços, mas minimizar seus impactos.

Quanto a política de Turismo de Base Comunitária (TBC), o Sr. Mário esclarece que ela foi um dos projetos voltados para essas políticas de turismo solidário dentro de um projeto do Ministério do Turismo, voltado para a Serra do Brigadeiro, elaborando capacitação, muitas visitas técnicas, intercâmbio, agregando ao turismo os produtos da região, misturando o turismo com a produção deles (Sr. Sérgio), sendo realizado em parceria com a prefeitura, Centro de Pesquisa e Promoção Cultural (CEPEC), PESB e comunidade do entorno. O Sr. Mário informou que o projeto já foi encerrado, entretanto os resultados da política ainda permanecem, pois muitos produtores conseguiram desenvolver produtos alimentícios e artesanais e agregá-los ao turismo local por meio dessa política.

A política de Regionalização do Turismo (PRT), conforme citada pelo Sr. Sérgio, é fruto da criação do Ministério do Turismo, em 2004, criada por técnicos e que já se tornou a política mais antiga ainda em execução no Ministério do Turismo. Essa política fez com que o estado de Minas Gerais se envolvesse e criasse a política dos Circuitos Turísticos, que são instâncias de governança que apoiam o estado no desenvolvimento da política regional de turismo.

Com isso, foi criado o Circuito Turístico Serra de Minas, um dos três circuitos que abrange o PESB, a cidade de Araponga e mais dezessete municípios mineiros, sendo responsável atualmente pela coordenação de uma série de ações para desenvolvimento do ecoturismo, entre elas a divulgação do município e do parque para atrair mais turistas.

O Sr. Sérgio ainda acrescenta que apesar da política de regionalização do turismo e dos circuitos turísticos terem sido muito bem feitas, elas não provocam o impacto que deveria, pois há grandes desafios quanto ao desenvolvimento do ecoturismo: estas políticas só tem impacto quando alguém se importa, dessa forma o indivíduo executa a atividade, e é assim no Brasil também com os circuitos turísticos, que são carregados no colo por pessoas que são

voluntários, não tendo o apoio definitivo do estado, que possui recursos apenas para realizar a promoção de destinos.

A nível do estado, de acordo com o Sr. Zé Roberto, a política de preservação da Mata Atlântica (PROMATA) é uma parceria com o governo de Minas Gerais e com governo da Alemanha, através do KFW, banco alemão, para recuperação da Mata Atlântica, atuando nos eixos de conservação, recuperação de área degradada e conectividade de florestas com outros fragmentos. A Unidades de Conservação vê nessa política o fortalecimento do Parque através da construção de edificações, contempladas pelo plano de manejo, como as Portarias, Centro de Visitante, Centro Administrativo, Residência para Funcionários e trabalhos voltados para a questão da educação ambiental, recuperação de áreas e proteção principalmente em relação às queimadas, com capacitação e treinamento das brigadas e aquisição de equipamentos. Uma dessas edificações é a portaria do setor Araponga, exibida na figura 5.

Figura 5: Portaria do PESB, Araponga, MG



Fonte: Autor da Pesquisa, 2018

Para o Sr. José Roberto, devido ao foco dessa política na preservação Ambiental da Unidade de Conservação, esta política acaba impactando também o ecoturismo, que demanda o contato com a natureza nestas áreas preservadas para que se realize suas atividades. Essa política tem proporcionado melhorias na infraestrutura do parque, importantes para a recepção do turista e, quanto ao foco principal da política, de recuperação de área degradada, auxilia na preservação e desenvolve o ambiente para a prática do ecoturismo.

Sobre a política estadual de promoção do ecoturismo, o Sr. Sérgio esclarece que nos últimos dois anos, a Secretaria Estadual de Turismo de Minas Gerais (SETUR), vem

realizando uma série de ações e políticas públicas buscando organizar o turismo dentro do estado, tendo criado a lei geral do turismo e políticas de promoção do ecoturismo em Minas, começando por Belo Horizonte, além de ações de incentivo à atividade em outras partes do estado.

Belo Horizonte já se transformou em um centro de turismo e ecoturismo e o trabalho a ser realizado pela SETUR e pelos Circuitos Turísticos é convencer esse turista a conhecer o interior de Minas Gerais, que também é muito rico. Como exemplo de ações para incentivar a prática do ecoturismo em outras partes do estado, estão programados eventos, como excursões para observação de pássaros em parques estaduais, organizados em parceria com diversos agentes, entre eles os Circuitos turísticos, onde o PESB também será um dos contemplados (Sr. Sérgio).

Ainda quanto a essa política de ecoturismo, a SETUR também está trabalhando, em parceria com o IEF, em ações de abertura dos parques às atividades de ecoturismo, capacitação de funcionários e promoção destes parques, promovendo-os em feiras e eventos de produtos turísticos (Sr. Sérgio). O Sr. Jonatas conta que entre os impactos dessa política no entorno do PESB, está a futura criação de uma associação de condutores certificados para atuarem como guias dentro do PESB e em seu entorno, o que poderá proporcionar renda e maior envolvimento da comunidade local através de atividades de ecoturismo na região.

Essa política de abertura do parte e a criação de associação de condutores poderá contribuir também para solucionar outro problema existente atualmente, que é a falta de controle de visitantes em diversos pontos do parque devido às suas características geográficas e ao número reduzido de funcionários que dificulta o controle das trilhas e da visitação dos atrativos que, diferente de outros parques, apresentam-se mais dispersos, alguns sem uma portaria em seus pontos de acesso (Sr. José Roberto).

O Sr. Mário esclarece que outra política estadual que gera impacto no município de Araponga é a política do ICMS Turístico. Para estar inserido nessa política o Município teve que se inserir em um circuito turístico, no caso o Circuito Serra de Minas, elaborar um política Municipal de Turismo e criar um Conselho Municipal de Turismo.

Na perspectiva do Sr. Mário, o recurso recebido por esta política é muito pouco se comparado ao que precisa ser investido no turismo. A população tem uma visão que a prefeitura tem “um milhão de dinheiro”, mas esse dinheiro precisa ser distribuído em saúde, educação, etc, e o investimento com o turismo fica muito aquém do desejado.

O recurso recebido pelo ICMS turístico fica em torno de R\$ 4 mil mensais indo para o cofre da prefeitura, e a Secretaria Municipal de Turismo não tem o controle desse dinheiro para poder trabalhar em algum projeto de desenvolvimento do turismo local. Apesar do baixo valor mensal, caso fosse possível reunir na íntegra o montante anual, seria possível aplicar o recurso em um projeto de maior impacto voltado pro turismo, mas a secretaria do estado não permite esse acesso, deixando a administração desse recurso a cargo da prefeitura.

O Sr. Mário ainda acrescenta que outro problema identificado no município de Araponga diz respeito a incapacidade do município de usufruir de projetos de desenvolvimento do turismo proporcionados por políticas públicas estaduais e nacionais, pois essas políticas são contempladas através de editais que, na maior parte das vezes, são voltados para cidades maiores ou destinos turísticos mais desenvolvidos, ou, conforme exposto pelo sr. Sérgio, os recursos que existem muitas vezes são ligados a editais que são direcionados para atender outros interesses que não o desenvolvimento do turismo.

Dessa forma o município de Araponga não consegue desenvolver o turismo com seus recursos próprios, os recursos do ICMS turístico não são suficientes e também não conseguem ser contemplados com recursos de outras políticas públicas, porque faltam editais destinados a locais turísticos em desenvolvimento.

Ainda dentro das políticas municipais de turismo, o Conselho municipal de turismo é ativo, precisando ser mais atuante, sendo o município também contemplado por uma Política Municipal de Turismo, porém tudo muito incipiente, com algumas poucas iniciativas identificadas como as parcerias da prefeitura com o CTA, Emater e Sindicato para cursos de capacitação em culinária, ecoturismo e formação de condutores turísticos. Para o Sr. Renato, existe um Conselho de Turismo no município, mas esse Conselho não se reúne com a frequência desejada, o que impede que as coisas funcionem como deveriam.

Por fim, no que diz respeito às políticas do parque, A Sra. Joseane disse que este realiza trabalhos no entorno, envolvendo incentivo à capacitação da população local, promovendo o envolvimento local na preservação da Unidade de Conservação e das áreas do entorno, além de se beneficiar da política de compensação ambiental do mineroduto do entorno do parque que tem gerado renda a ser utilizadas em reformas, como a da Sede da Fazenda do Brigadeiro.

Um grande desafio do PESB em desenvolver políticas públicas e atividades de ecoturismo dentro de sua área está ligada a situação de sua regularização fundiária. Ainda que haja políticas públicas de incentivo ao ecoturismo por parte do estado, com a abertura do

parque para esse tipo de atividade, o processo é mais lento pois é dependente desta regularização.

O Sr. José Roberto esclarece que, para que sejam realizadas quaisquer obras de benfeitoria, como sinalização, banheiros, meios de hospedagens, etc., que são necessárias para a recepção adequada do turista, é preciso comprar as áreas que o estado ainda não adquiriu formalmente. No PESB, a área da sede já foi adquirida pelo estado, através de negociação com o antigo proprietário, entretanto, dos 15 mil hectares que compõem o parque, ainda faltam 8 mil hectares para ser regularizados. Cerca de 50% da área já foi adquirida, algumas já tem a posse de direito, já outras, se tem a posse judicial, então é preciso aguardar a conclusão da regularização dessas áreas para que elas possam ser trabalhadas no sentido de promoção do ecoturismo.

Segundo os dados da pesquisa, são inúmeras as adversidades identificadas em relação a elaboração e efetivação das políticas públicas para o desenvolvimento do ecoturismo, as quais foram listadas no quadro 6.

Quadro 6: Adversidades em políticas públicas de Ecoturismo

ADVERSIDADES NO DESENVOLVIMENTO DO ECOTURISMO	
❖ Escassez de Recursos Financeiros	❖ Falta de políticas para Educação Ambiental
❖ Falta de Planejamento	❖ Pouca valorização do local pela população
❖ Falta de Apoio do estado	❖ Poucos produtos locais agregados ao turismo
❖ Pouco envolvimento de atores locais	❖ Dificuldades na regularização fundiária do parque
❖ Dificuldade de acesso a projetos	

Fonte: Dados da Pesquisa, 2018

Um importante ponto a ser observado é que foram identificadas políticas objetivando a preservação ambiental (PRONAT, SNUC, PROMATA, etc.) e o desenvolvimento econômico (TBC, PRT, Circuitos Turísticos, Políticas de promoção), entretanto, não se identificou nesta pesquisa ações advindas de políticas de educação ambiental. Foi identificada apenas uma ação de educação ambiental realizada pelo Parque em parceria não formalizada com a Prefeitura de Araponga, onde o parque recebe estudantes de escolas municipais, para realização de visitas e atividades de conscientização ambiental. Foi verificado também que não apenas turistas, mas também alguns integrantes da população local que não possuem essa consciência ambiental acabam realizando atividades causadoras de impactos negativos nas áreas que precisam ser preservadas.

Todos os turistas entrevistados que visitaram o parque informaram que realizaram atividades de forma independente, sem o auxílio de guias que poderiam orientá-los, muitas

vezes pela falta destes na região, sendo identificado também no Parque um número reduzido de funcionários, que impossibilita o acompanhamento e o controle efetivo da demanda atual de turistas e a inexistência de trilhas autoguiadas no parque, apesar destas últimas já constarem dentro dos planos de gestão da unidade (Sr. José Roberto).

Outro problema, conforme exposto pelo Sr. Sérgio, surge do fato de que vivemos em um país sem recursos, onde o governo federal já cortou bastante onde pôde, com o governo estadual em uma situação econômica ainda mais difícil e os municípios apresentando muitas demandas. A falta de dinheiro já é um problema seríssimo, entretanto a falta de planejamento a longo prazo ligado ao turismo é ainda mais séria. A região tem as políticas, os circuitos, os conselhos e o potencial, mas tudo ainda é muito incipiente, precisando ainda desenvolver mais estas políticas e ações.

No Brasil, a política vem, prepara e depois não persiste. Elaboram o projeto, gastam o dinheiro e então, acabou. As políticas precisam de planejamento a longo prazo e de continuidade. As políticas geralmente são planejadas dentro do prazo do mandato político, para ser executada em quatro anos. Ao mudar o governo, ao invés de se aproveitarem as boas políticas e dar seguimento a elas, o novo governante dá seu rótulo e muda o direcionamento, isso quando não cancelam as políticas. Se buscamos o desenvolvimento do turismo regional, as políticas precisam ser elaboradas levando em conta o planejamento a longo prazo, muito além dos mandatos políticos, mas, pra isso, a população precisa querer o ecoturismo, se envolver e exigir essa postura do poder público, conforme declarado pelo Sr. Sérgio.

Para o desenvolvimento do ecoturismo da região, é preciso também trabalhar uma política de valorização do lugar pelos moradores locais. Para o Sr. Chico da Mata, falta interesse dos moradores locais em se envolver com o ecoturismo e atender ao turista. A falta de reconhecimento do potencial do turismo pela comunidade faz com que não se envolvam adequadamente, abrindo espaço para empreendedores de fora da região.

O Sr. Sérgio afirma que Minas Gerais tem o ingrediente turístico principal que é sorrir para o turista, atendê-lo com educação e presteza. Em Minas Gerais isso vem de fábrica. Os mineiros recebem o turista maravilhosamente bem, o que precisa ser feito é dar a assessoria necessária a eles, para que eles possam construir produtos turísticos acabados, que possam ser divulgados e promovidos, pois não adianta apenas executar políticas de promoção de nossos destinos se eles ainda não estão devidamente estruturados, senão o turista não volta.

Concluindo, no que diz respeito aos problemas identificados decorrentes da prática do ecoturismo na região pesquisada, os mais recorrentes estão relacionados ao lixo e resíduos, à

invasão do espaço da fauna e à degradação e coleta da flora, erosão e degradação de trilhas e tráfego inadequado de veículos motorizados. Sobre as políticas públicas existentes em relação ao ecoturismo e aos seus impactos, foram encontradas diversas políticas, conforme listado acima, entretanto elas não se efetivam adequadamente devido a diversas adversidades encontradas.

O Turismo envolve mais de 50 tipos de negócio, então a solução não são respostas simples. No caso do ecoturismo no entorno do PESB, todos os agentes precisam estar envolvidos para que ele se desenvolva adequadamente: a hotelaria, os operadores, a prefeitura de Araçatuba, a comunidade local, o Parque e as prefeituras dos demais municípios da área de abrangência do PESB, etc. Só assim ele poderá atender a todos os princípios inerentes a sua definição, minimizando impactos negativos e potencializando os impactos positivos da atividade.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O caminho para o desenvolvimento do turismo é muito longo e há grandes desafios que precisam ser superados, com a participação do poder público, que busca organizar as atividades de ecoturismo por meio de suas políticas públicas adotadas para sua promoção ou que exercem um impacto na atividade, buscando minimizar os problemas decorrentes e potencializar os impactos positivos da atividade.

Conforme resultados apresentados na pesquisa, foram identificadas diversas contribuições que potencialmente poderiam trazer um maior desenvolvimento do ecoturismo na região, agregando maior bem-estar à população local e, conseqüentemente, oferecer melhorias quanto às condições de vida da população local.

Os problemas decorrentes do ecoturismo, quando ocorrem, surgem da falta de consciência ambiental por parte dos indivíduos que visitam estes espaços naturais. Dessa forma, atividades bem estruturadas de ecoturismo, com a realização de atividades de educação ambiental, acompanhamento de guia qualificado e certificado, operada por empreendedores também conscientizados ambientalmente e qualificados, em ambientes preservados bem administrados e com controle efetivo pode contribuir muito com a redução dos impactos negativos listados nesta pesquisa, enquanto os envolvidos podem potencializar os impactos positivos. A elaboração e efetivação de políticas públicas e ações para educação ambiental na região também pode oferecer grandes contribuições na minimização dos impactos e no desenvolvimento do ecoturismo.

Quanto à falta de recursos financeiros que impedem a efetivação destas políticas, uma possível solução seria a aproximação da iniciativa privada junto à iniciativa pública. O estado precisa estimular o interesse do turismo junto a iniciativa privada para que ela possa auxiliar no desenvolvimento do turismo, ressaltando que isso deve ser feito de forma cuidadosa, com atenção à legislação e à fiscalização, para evitar que a exploração econômica conduza à pura comercialização do lugar.

Outra contribuição muito importante, que diz respeito ao estado, é oferecer maior apoio à execução de políticas públicas em ecoturismo, o que teríamos caso essa fosse uma prioridade do governo. Os agentes envolvidos também precisam ser devidamente consultados e informados no que diz respeito à elaboração de políticas públicas e é necessária também a elaboração de editais que sejam direcionados a cidades menores e que possuem potenciais ecoturísticos comprovados.

Outro ponto que precisa ser trabalhado é a junção da agricultura familiar com o turismo. A agricultura familiar é muito forte na região de Araponga, entretanto, com exceção de alguns casos promovidos pela política de Turismo de Base Comunitária, grande parte dos produtores da região não apresentam iniciativa de fazer com que sua produção atenda ao turismo.

O desenvolvimento do ecoturismo na região também poderia ser amplamente incentivado pelo Poder Público local, possibilitando melhorias nas condições de vida, como estratégia para a fixação da comunidade local na área, através da geração de renda e empregos que podem ser proporcionados pela prática da atividade na região.

Outro aspecto importante que merece atenção é que 75% dos 24 entrevistados desta pesquisa (todos os agentes empreendedores, moradores locais e turistas) manifestaram não ter conhecimentos acerca de políticas públicas para o ecoturismo, cuja razão pode ser a falta de participação, desconhecimento, existência de poucas políticas na área ou outras razões, cabendo uma nova investigação para uma análise mais aprofundada nesse sentido. Outra possibilidade de pesquisa futura diz respeito ao aprofundamento de investigação acerca das razões para as dificuldades encontradas por regiões turísticas em desenvolvimento para ter acesso a projetos advindos de políticas públicas.

Já no que se refere às limitações na realização da pesquisa, foram encontradas algumas delas, dentre as quais constaram a dificuldade em obter a licença para realização de pesquisa científica na Unidade de Conservação e a autorização do gestor do Parque, o baixo número de agentes empreendedores ecoturísticos atuantes na região, a dificuldade de acesso aos atores políticos e moradores locais para realização de entrevistas e interações e a dificuldade de alguns atores na identificação de políticas públicas.

Por fim, observou-se que a prática de ecoturismo ainda é muito incipiente na região, ainda assim foram identificados vários impactos positivos decorrentes da atividade na região pesquisada. Para que a atividade se desenvolva mais, ainda há muito o que precisa ser feito, e o caminho para o desenvolvimento do ecoturismo é trabalhoso e demorado, mas sua promoção pode contribuir em diversos aspectos para o desenvolvimento da região, tanto na fixação dos moradores, como para o desenvolvimento econômico, como para a melhoria da qualidade de vida da população local como um todo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, S. M. S.; SILVA, E. L. Ecoturismo, desenvolvimento sustentável e planejamento: política brasileira e potencialidades do Sertão Paraibano. **Caderno Virtual de Turismo**. Vol. 6, Nº 3 (2006).

AZEVEDO, A. **Observatório do Turismo de Minas Gerais**. Secretaria de Turismo de Minas Gerais. 2017. Disponível em: <<https://www.dropbox.com/s/quy1ej69q755dqv/Vers%C3%A3o%20site.pdf?dl=0>>. Acesso em: 18 abr. 2018.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Título original: L' Analyse de Conremt. Presses Universitaires de France, 1977. Tradução: Edições 70, Lisboa, 2002.

BIOPESEB/IEF. **Parque Estadual Serra do Brigadeiro**. 2007. il color. Disponível em: <<https://www2.cead.ufv.br/biopeseb/scripts/parqueEstadual.php>>. Acesso em: 10 out. 2018

BRASIL. **Diretrizes para uma Política Nacional de Ecoturismo** / Coordenação de Sílvia Magalhães Barros II e Denise Hamú M. de La Penha. Brasília: EMBRATUR, 1994. Grupo de Trabalho Interministerial Mict/Mma.

_____. Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000. Regulamenta o art. 225, parágrafo 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF, 19 Jul. 2000.

CAMPOS, M.P.; MARIANI, M.A.P.; THOMAZ, R.C.C. Desenvolvimento local e turismo: uma utopia? **Revista Brasileira de Ecoturismo**, São Paulo, v.9, n.3, ago/out 2016, pp.497-516.

CARVALHO, Alan Francisco de. Políticas públicas em turismo no brasil. **Sociedade e Cultura**, v. 3, n. 1 e 2, jan/dez. 2000, p. 97-109.

CHEHADE, M. B.; SANTOS, R. A.; SANTOS, V. N. A. Turismo sustentável: a importância da atividade turística como forma de sensibilização. **Revista científica eletrônica de turismo**. Ano VI – Número 10 – Janeiro de 2009.

CORIOLOANO, L. N. Ecoturismo e Contribuição ao desenvolvimento sustentável em Comunidades – Ceará – Brasil. **Revista Geográfica de América Central**, Número especial EGAL, Ano 2011

DIAS, R. **Turismo sustentável e meio ambiente**. 1. Ed. – 3. Reimpr. – São Paulo:Atlas, 2007.

EADINGTON, W. R.; SMITH, V. L. **Introduction: Emergence of a Alternative Forms of Tourism"**, in **Tourism Alternatives** (Chichester: John Wiley & Sons, 1994), p. 3.

- EMMENDOERFER, L. et al. A Formação dos Circuitos Turísticos Mineiros: Uma Política Pública Descentralizada e Democratizante? **Revista Acadêmica Observatório de Inovação do Turismo**, 2007, 2, 1-18. Acesso de 08 de setembro 2018, from .
- FRASER, M. T. D.; GONDIN, S. M. G. Da fala do outro ao texto negociado: discussões sobre a entrevista na pesquisa qualitativa. **Paidéia**, 2004, 14 (28), 139 -152.
- FREIRE, P. **Extensão ou comunicação?** Tradução de Rosisca Darcy de Oliveira. 8ª ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1983.
- GASKELL, G. Entrevistas individuais e de grupos. Em M.W. Bauer & G. Gaskell (orgs.), **Pesquisa qualitativa com texto, imagem, e som**. Um manual prático (pp.64-89). 2ª Ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.
- GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo (org.). **Métodos de pesquisa**. Coord. Universidade Aberta do Brasil (UAB/UFRGS) e Curso de Graduação Tecnológica – Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.
- GIL, A. C.. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. - São Paulo : Atlas, 2008
- GODOY, A. S. Pesquisa qualitativa - tipos fundamentais. **Revista de Administração de Empresas**. São Paulo, v. 35, n.3, p, 20-29. Mai./Jun. 1995
- HENZ, A. P.; LEITE, F. C. L.; ANJOS, F. A. Refletindo as Políticas Públicas para Turismo: uma retrospectiva brasileira desde a década de 60. **Anais do VI Seminário de Pesquisa em turismo do Mercosul**. Caxias do Sul, RS, 2010.
- HINTZE, H. **Considerações Críticas sobre Cultura de Consumo, Ecoturismo e Educação Ambiental**. VI Encontro Nacional da Anppas. Belém – Pará – Brasil 18 a 21 de setembro de 2012.
- LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A.; **Fundamentos de metodologia científica** - 5. ed. - São Paulo: Atlas, 2003.
- LAYRARGUES , P. P. A função social do ecoturismo. **Boletim Técnico do SENAC**. v. 30, n. 1: Janeiro/Abril 2004.
- LEE S. M. et al. The Implementation of Green Tourism and Hospitality. **Journal Tourism Hospitality** 5: 233, 2016.
- LUCENA, A. M. S.; SARAIVA, E. S. S. & ALMEIDA, L. S. C. (2016). **A Dialógica como Princípio Metodológico Transdisciplinar na Pesquisa em Educação**. *Millenium*, 50 (jan/jun). Pag. 179-196.
- MATHEUS, F. S.; RAIMUNDO, S. Os resultados das políticas públicas de ecoturismo em Unidades de Conservação no Brasil e no Canadá. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**. São Paulo, 11(3), pp. 454-479, set./dez. 2017.

MATOS, E. S. **Dialética da Interação Humano-Computador: tratamento didático do diálogo midiaticizado**. São Paulo: 2013

MENEZES, B. F. R. Ecoturismo em unidades de conservação. **Anais do II Encontro Fluminense de Uso Público em Unidades de Conservação**. Turismo, recreação e educação: caminhos que se cruzam nos parques. Niterói, RJ / Brasil - 01 a 04 de julho de 2015

MINAS GERAIS. Decreto 43.321 de 08 de maio de 2003. Dispõe sobre o reconhecimento dos circuitos turísticos e dá outras providências. **Diário Oficial de Minas Gerais**, Belo Horizonte, MG. 09 mai. 2003, p. 5, col. 2.

_____. Decreto 43.850 de 09 de agosto de 2004. Dispõe sobre a política estadual de desenvolvimento do ecoturismo. **Diário Oficial de Minas Gerais**, Belo Horizonte, MG, 10 ago. 2004, p. 2 col. 1.

_____. Lei nº 14.368 de 19 de julho de 2002. Estabelece a política estadual de desenvolvimento do ecoturismo. **Diário Oficial de Minas Gerais**, Belo Horizonte, MG, 17 Set. 2002, p. 1, col. 1.

_____. Lei nº 18.030, de 12 de janeiro de 2009. Dispõe a distribuição da parcela da receita do produto da arrecadação do ICMS pertencente aos municípios. **Diário Oficial de Minas Gerais**. Belo Horizonte, MG, 13 Jan. 2009, p. 3, col. 1.

_____. **Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado 2002-2020**. Secretaria do Estado de Planejamento e Gestão, Governo do Estado de Minas Gerais. Belo Horizonte: 2003.

_____. **Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado 2011-2030**. Secretaria do Estado de Planejamento e Gestão, Governo do Estado de Minas Gerais. Belo Horizonte: 2011.

MINISTÉRIO DO TURISMO. **Ecoturismo: orientações básicas**. / Ministério do Turismo, Secretaria Nacional de Políticas de Turismo, Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico, Coordenação Geral de Segmentação. 2. ed. – Brasília: Ministério do Turismo, 2010.

MIRANDA, A. B. L. et al. Gestão pública: adversidades e desafios em parques estaduais de minas gerais. **Congresso de Administração, Sociedade e Inovação**. Petrópolis: 2017.

MMA/SCA/PROECOTUR . **Ecoturismo: visitar para conservar e desenvolver a Amazônia**/ Texto elaborado por: Luiz Fernando Ferreira; Maria do Carmo Barêa Coutinho. Brasília:MMA/SCA/PROECOTUR, 2002. 52p. Disponível em <http://www.mma.gov.br/estruturas/sedr_proecotur/_publicacao/140_publicacao04022009113510.pdf>. Acesso em 12.09.2018.

OLIVEIRA, C. T. F.; ZOUAIN, D. M.; BARBOSA, L.G. M.. Políticas Públicas de Turismo em Brasil, una evaluación en 65 municipios. **Estudios y Perspectivas en Turismo**. Volumen 24 (2015) pp 76 – 95.

PARADA, E. L. Implementación de las políticas y asesoría presidencial. **X Congreso Internacional del CLAD sobre la Reforma del Estado y de la Administración Pública**, Santiago, Chile, 18 - 21 Oct. 2005.

PEREIRA, C. A. S. Políticas Públicas no Setor de Turismo. **Turismo em Análise**, São Paulo, V. 10 N. 2 pag. 7-21 nov. 1999.

PINTO, F. Q. B. **Avaliação do ecoturismo em três municípios do entorno do Parque Estadual da Serra do Brigadeiro (PESB) – MG** / Frederico Queiroz Brumano Pinto. Viçosa: UFV, 2005.

PIRES, P. S. **Dimensões do ecoturismo** – São Paulo: Editora SENAC. São Paulo, 2002.

PORTAL BRASIL. **Embratur apresenta ecoturismo brasileiro no Reino Unido**. 2017. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/turismo/2017/03/embratur-apresenta-ecoturismo-brasileiro-no-reino-unido>>. Acesso em: 18 de abr. de 2018.

_____. **Brasil é apontado como o primeiro do mundo para aventura**. 2016. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/turismo/2016/01/brasil-e-apontado-como-o-primeiro-do-mundo-para-aventura>>. Acesso em: 18 de abr. de 2018.

RAMOS, Dina Maria; COSTA, Carlos Manuel. Turismo: tendências de evolução. **PRACS: Revista Eletrônica de Humanidades do Curso de Ciências Sociais da UNIFAP**. Macapá, v. 10, n. 1, p. 21-33, jan./jun. 2017.

REVISTA ECOTURISMO. **Crescimento reflete tendência mundial de busca pelo turismo de natureza e Brasil desponta como um dos principais destinos**. 2015. Disponível em: <<http://revistaecoturismo.com.br/turismo-sustentabilidade/crescimento-reflete-tendencia-mundial-de-busca-pelo-turismo-de-natureza-e-brasil-desponta-como-um-dos-principais-destinos/>>. Acesso em: 18 de abr. de 2018.

RODRIGUES, G. B.; AMARANTE-JUNIOR, O. P. **Ecoturismo e conservação ambiental: contextualizações gerais e reflexões sobre a prática**. Revista Brasileira de Ecoturismo, São Paulo, v.2, n.2, 2009, pp.142-159.

SANCHO, A. (Dir.). **OMT. Introducción al Turismo**. Organización Mundial del Turismo, 1998.

SILVA, A. H.; FOSSÁ, M. I. T. Análise de conteúdo: exemplo de aplicação da técnica para análise de dados qualitativos. **Qualit@s Revista Eletrônica**. Vol. 17. Nº 1, 2015.

SOARES, E.; EMMENDOERFER, M.; MONTEIRO, L. **Gestão pública no turismo e o desenvolvimento de destinos turísticos em um estado da Federação Brasileira: uma análise do planejamento estratégico do turismo em Minas Gerais (2007-2010)** / Tourism & Management Studies, Vol. 9, Número 2 (2013) 50-56.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

VIANA, F. M. F.; ROCHA, C. H. B. **Impactos ambientais em unidades de conservação.** 2009. Programa de Pós-graduação em Ecologia, UFJF. Disponível em:
<http://www.ufjf.br/ecologia/files/2009/11/E.-Doc%C3%Aancia-Final_Fernanda.pdf>.
Acesso em: 10 de mai. de 2018.

APÊNDICES

APÊNDICE A - Roteiro das entrevistas aplicadas

1. Você tem notado o aumento de visitantes/turistas nesta região/município nos últimos anos? como você avalia essa situação?
2. Quais os impactos negativos gerados pelo ecoturismo na sua perspectiva? E os positivos?
3. Na sua perspectiva, quais são os impactos das políticas públicas federais e estaduais em ecoturismo para esta Unidade de Conservação?
4. O que poderia ser feito para minimizar os impactos negativos e potencializar os impactos positivos do ecoturismo?
5. Você acredita que todos os agentes envolvidos com o ecoturismo na região são consultados no que diz respeito a elaboração de políticas públicas? O que poderia ser feito?
6. Você percebe a prática do ecoturismo na região como uma prática sustentável (Ambiental e socialmente) e que mantém o bem-estar da população local? Acredita que contribui para o desenvolvimento ou que geram benefícios econômicos para a comunidade?
7. Existem atividades, programas ou projetos no parque ou em seu entorno, proporcionado por políticas públicas, que estimulem o desenvolvimento do ecoturismo na região?
8. Que ações você considera necessárias para o desenvolvimento do ecoturismo?

APÊNDICE B – Termo de consentimento livre e esclarecido**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

Eu, _____, concordo em participar, como voluntário, do estudo que tem como pesquisador responsável o aluno de graduação Carlos Eduardo Reis, do curso de Administração da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), que pode ser contatado pelo e-mail dudu.rad@gmail.com e pelo telefone (31) 9 9409-1375. Tenho ciência de que o estudo tem em vista realizar entrevistas visando, por parte do referido aluno, a realização de um trabalho de conclusão de curso de graduação intitulado “OS DESAFIOS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DO ECOTURISMO EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO”. Minha participação consistirá em conceder uma entrevista que será gravada e transcrita. Entendo que esse estudo possui finalidade de pesquisa acadêmica, que os dados obtidos não serão divulgados, a não ser com prévia autorização, e que nesse caso será preservado o anonimato dos participantes, assegurando assim minha privacidade. O aluno providenciará uma cópia da transcrição da entrevista para meu conhecimento. Além disso, sei que posso abandonar minha participação na pesquisa quando quiser e que não receberei nenhum pagamento por esta participação.

Assinatura

Araçuaçu, ____ de _____ de 2018

ANEXO A – Documentação de licença para pesquisa



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
INSTITUTO ESTADUAL DE FLORESTAS
ASSESSORIA DE PROGRAMAS E PROJETOS ESPECIAIS

AUTORIZAÇÃO PARA PESQUISA CIENTÍFICA NO ESTADO DE MINAS GERAIS

Número da Autorização 101/2018	Data da Emissão 31/10/2018	Prazo de Validade 31/10/2019
--	--------------------------------------	--

INFORMAÇÕES DO RESPONSÁVEL E DO PROJETO

Título do Projeto		Os desafios das políticas públicas do ecoturismo no Parque Estadual da Serra do Brigadeiro MG											
Instituição		Universidade Federal de Juiz de Fora											
Responsável		Adriana Barreto Lima Miranda				CPF		516.802.625-72					
Logradouro		Rua da Neblina											
Nº/KM		59		Complemento		Bairro/Localidade		Novo Horizonte					
Município		Juiz de Fora		UF		MG		CEP		36038-540		Cx. Postal	
Telefone		(32) 32330043		Celular		(32) 991755131/(31) 994091375							
E-mail		adriana.miranfa@facc.ufjf.br; dudu.rad@gmail.com											

INTEGRANTES DA EQUIPE

Nome	Instituição	CPF/RG	Função
Carlos Eduardo Reis	UFJF	073.177.446-97	Pesquisador

INFORMAÇÕES DAS ATIVIDADES

TIPO DE ATIVIDADE:	<input type="checkbox"/> Captura		<input type="checkbox"/> Coleta		<input type="checkbox"/> Transporte		<input checked="" type="checkbox"/> Sem Coleta/Captura	
	<input type="checkbox"/> Abiótica	<input type="checkbox"/> Microorganismos	<input type="checkbox"/> Fungo	<input type="checkbox"/> Botânica	<input type="checkbox"/> Invertebrados			
	<input type="checkbox"/> Anfíbios	<input type="checkbox"/> Répteis	<input type="checkbox"/> Aves	<input type="checkbox"/> Mamíferos	<input type="checkbox"/> Ictiofauna			

OBSERVAÇÕES	<p>Esta autorização permite aplicação de roteiro de entrevista semiestruturada nesta unidade de conservação.</p> <p>Esta autorização não permite coleta/transporte de material biótico e abiótico.</p> <p>As campanhas devem ser agendadas com o responsável pela UC, com antecedência mínima de 10 dias, após o recebimento da autorização de pesquisa.</p>
-------------	--

LOCAL DA ATIVIDADE - EM UNIDADE DE CONSERVAÇÃO ESTADUAL

Unidade de Conservação	Responsável pela UC	Contato (Telefone e e-mail)	Endereço da UC	Assinatura do Responsável pela UC
Parque Estadual da Serra do Brigadeiro	José Roberto Mendes de Oliveira	(32) 3721-7491 (31) 98494-1545 jose.oliveira@meioambiente.mg.gov.br pebrigueiro@meioambiente.mg.gov.br	Estrada Araçonga / Fervedouro, Km 15 CEP: 36.594-000	

Esta autorização será válida apenas com a autenticação do responsável pela(s) Unidade(s) de Conservação.

LOCAL DA ATIVIDADE - FORA DE UNIDADE DE CONSERVAÇÃO ESTADUAL (apenas para material botânico)

Município(s)	Não se aplica
--------------	---------------

TRANSPORTE - DESTINO DO MATERIAL COLETADO

Instituição(ões)	Não se aplica
Endereço(s)	Não se aplica

Outras Observações e Ressalvas:

1. Esta autorização não exime o pesquisador titular e os membros de sua equipe da necessidade de obter as anuências previstas em outros instrumentos legais, bem como do consentimento do responsável pela área, pública ou privada, onde será realizada a atividade, inclusive do órgão gestor de terra indígena, da unidade de conservação federal, distrital ou municipal, ou do proprietário, arrendatário, posseiro ou morador de área dentro dos limites de unidade de conservação estadual cujo processo de regularização fundiária encontra-se em curso;

Assinatura do responsável pela Autorização	Número do Processo SIGED/SIPRO - IEF/ASPROP
 Henri Dubois Collet Diretor Geral do IEF Masp: 1302849-3	SIGED 00000907 2101 2018

Cidade Administrativa Tancredo Neves, Edifício Minas - Assessoria de Programas e Projetos Especiais - 1º andar
Rodovia João Paulo II, 4143, Bairro Serra Verde - CEP 31630-900
Telefones: (31) 3915-1326 E-mail: pesquisa.gprop@meioambiente.mg.gov.br



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
INSTITUTO ESTADUAL DE FLORESTAS
ASSESSORIA DE PROGRAMAS E PROJETOS ESPECIAIS


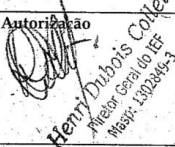
2. O pesquisador titular deverá contatar a administração dessa unidade a fim de CONFIRMAR AS DATAS das expedições, as condições para realização das coletas e de uso da infraestrutura da unidade de conservação, quando for o caso;
3. O Instituto Estadual de Florestas não se responsabiliza por qualquer dano a equipamentos, acidentes ou lesões físicas ou psíquicas, estando ainda, o pesquisador responsável e sua equipe ciente da vulnerabilidade da área de realização da pesquisa;
4. O material biológico coletado deverá ser utilizado para atividades científicas ou didáticas no âmbito do ensino superior.
5. O titular da autorização e os membros de sua equipe deverão optar por métodos de coleta e instrumentos de captura direcionados, sempre que possível ao grupo taxonômico de interesse, evitando a morte ou dano significativo a outros grupos e empregar esforços de coleta ou captura que não comprometa a viabilidade de populações do grupo taxonômico de interesse em condições *in situ*, quando for o caso;
6. Esta autorização não permite captura/coleta/transporte:
 - para fins comerciais, industriais ou esportivos;
 - para realização de atividades integrantes do processo de licenciamento ambiental de empreendimentos, conforme resolução do CONAMA de nº 237 de 19/12/97, salvo quando especificado;
 - de espécies ameaçadas de extinção em lista oficial federal, salvo quando constante de projeto específico autorizado pelo SISBIO;
 - de espécies ameaçadas de extinção em lista oficial estadual, salvo quando constante de projeto específico autorizado pelo IEF;
 - de fauna e flora em áreas de domínio privado, sem o consentimento expresso ou tácito do proprietário nos termos do Código Civil;
7. Esta autorização não permite transporte interestadual e internacional de material biológico;
8. Esta autorização não dispensa o cumprimento da legislação que dispõe sobre o acesso ao patrimônio genético, sobre a proteção e o acesso ao conhecimento tradicional associado e sobre a repartição de benefícios para conservação e uso sustentável da biodiversidade. Veja maiores informações em www.mma.gov.br;
9. O titular desta autorização, assim como os membros de sua equipe, quando da violação da legislação vigente, ou quando da inadequação, omissão ou falsa descrição de informações relevantes que subsidiaram a expedição do ato, poderá, mediante decisão motivada, ter a autorização suspensa ou revogada pelo IEF e o material biológico coletado apreendido nos termos da legislação em vigor;
10. O responsável poderá, durante a validade desta autorização e conforme Termo de Compromisso firmado, solicitar à Assessoria de Programas e Projetos Especiais do IEF Renovação, Cancelamento ou Conclusão, conforme instruções no site do IEF (<http://www.ief.mg.gov.br/biodiversidade/pesquisa-cientifica>);
11. Esta autorização é válida somente sem emendas ou rasuras e exclusivamente no estado de Minas Gerais;
12. O pesquisador deverá estar sempre acompanhado desta autorização para apresentá-la às autoridades, quando solicitado.

Registro de coleta imprevista de material biológico

De acordo com a Portaria 130/2017, a coleta imprevista de material biológico ou de substrato não contemplado na autorização deverá ser anotada na mesma, em campo específico, por ocasião da coleta, devendo esta coleta imprevista ser comunicada ao IEF e ao responsável da UC, em até 30 dias após a atividade de campo, por meio do envio da cópia do registro de coleta imprevista de material biológico. O transporte do material biológico ou do substrato deverá ser acompanhado da autorização a devida anotação. O material biológico coletado de forma imprevista, deverá ser destinado à instituição científica.

Unidade de Conservação	Táxon*	Qtde.	Tipo de amostra	Qtde.	Data	Justificativa

* Identificar o espécime no nível taxonômico possível.

Assinatura do responsável pela Autorização  	Número do Processo SIGED/SIPRO - IEF/ASPRO
---	--



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
INSTITUTO ESTADUAL DE FLORESTAS
ASSESSORIA DE PROGRAMAS E PROJETOS ESPECIAIS



PARECER TÉCNICO Nº 120/2018/ASPROP

Belo Horizonte, 31 de outubro de 2018.

Parecer Técnico referente ao pedido de autorização do projeto de pesquisa “Os desafios das políticas públicas do ecoturismo no Parque Estadual da Serra do Brigadeiro MG.”

Requerente: Adriana Barreto Lima Miranda
Aluno: Carlos Eduardo Reis

1. OBJETIVO

O presente parecer tem por objeto a análise de solicitação da autorização da pesquisa científica “Os desafios das políticas públicas do ecoturismo no Parque Estadual da Serra do Brigadeiro MG.” sob responsabilidade da Prof. Dr. Adriana Barreto Lima Miranda, da Universidade Federal de Juiz de Fora, a ser realizada no Parque Estadual da Serra do Brigadeiro, de responsabilidade do IEF.

2. ANÁLISE

O referido projeto tem como objetivo principal analisar as políticas do ecoturismo em Unidades de Conservação e seu entorno, mais especificamente no PE da Serra do Brigadeiro e na cidade de Araponga MG, relacionadas à efetivação, para compreensão dos impactos junto aos agentes sociais buscando oferecer contribuições a gestão da unidade.

Pretende-se assim, identificar através de entrevista os problemas decorrentes do ecoturismo em áreas preservadas; realizar investigação das políticas pública adotadas em relação ao ecoturismo; avaliação do impacto e efetivação dessas políticas públicas adotadas em relação ao ecoturismo; avaliação do impacto e efetivação dessas políticas junto aos agentes participante e propor contribuições para desenvolver o ecoturismo e preservação da região delimitada.

A entrevista ocorrerá de forma semiestruturada, em que o pesquisador organiza um conjunto de questões (roteiro) sobre o tema que está sendo estudado, permitindo, ou



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
INSTITUTO ESTADUAL DE FLORESTAS
ASSESSORIA DE PROGRAMAS E PROJETOS ESPECIAIS

mesmo incentivandô, que o entrevistado fale livremente sobre assuntos que vão surgindo como desdobramentos do tema principal.

O pesquisador responsável enviou todos os documentos para esta análise, inclusive o roteiro metodológico que será utilizado durante a entrevista.

3. CONCLUSÃO

Pelo exposto na análise técnica que competia a esta Assessoria, este parecer é favorável à emissão de autorização do projeto de pesquisa acima.

*De acordo
pa 31/11/13*

Rosinalva da Cunha dos Santos
Analista Ambiental - Bióloga
Masp – 1.363.850-7
CRBio – 070198/04 - D
Assessoria de Programas e Projeto Especiais/IEF